



CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA- FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

**A QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO NAS ESCOLAS
DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA - PA: Olhares de
Professores de duas Escolas do Ensino
Fundamental.**

JAQUELINE ROSA BARBOSA

JAQUELINE ROSA BARBOSA

**A QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO NAS ESCOLAS
DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA - PA: Olhares de
Profissionais de duas Escolas do Ensino
Fundamental.**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia apresentada à Faculdade de
Itaituba para obtenção do título Licenciada Plena em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Dhemesbraene Soares da Silva,
Esp.



FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
Autorizado e credenciado – Portaria MEC Nº 2557 de 15/09/2003.
Av. Dr. Governador Fernando Guilhon, 895
Jardim das Araras – Itaituba - Pará.
Site: www.unifait.edu.br/ E-mail: fai@unifait.edu.br

Acadêmica: JAQUELINE ROSA BARBOSA

TÍTULO: A QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA - PA: Olhares de Profissionais de duas Escolas do Ensino Fundamental.

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia apresentada à Faculdade de Itaituba para obtenção do título Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof. Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva

Orientador: _____ Nota: _____
Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof.^a Esp. Lucia Figueira,

Resultado: _____ Média: _____

Data: 12 Agosto de 2016.

Dedico a minha mãe Solidalva Rosa Barbosa, ao meu pai Jose Carlos da Silva, os meus filhos Ryan Barbosa Santos e Kauã Barbosa Santos, minhas irmãs Gheysemilary, Jeane, e todos familiares não somente pelo apoio, pelas palavras, mas, sobretudo por me darem incentivo para que não somente ingressasse na Faculdade, mas para caminhar passo a passo até chegar onde estou chegando, certo que esse é só um degrau rumo a uma carreira de sucesso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele nada disso estaria acontecendo em minha vida, agradeço por ter me dado força diante dos obstáculos, aflições e até mesmo preocupações encontradas nesta trajetória por sua infinita misericórdia, sempre cuidou de mim com amor nos momentos mais difíceis desta caminhada; dando-me forças para continuar a cada etapa conquistada.

À Faculdade de Itaituba; que deu essa oportunidade de estar formando futuros pedagogos competentes para desenvolver o ofício da sua função já que em nosso Município o Ensino Superior era um sonho para muitos, agora uma realidade onde não precisamos sair do município para adquiri-lo.

Agradeço também a Coordenação do Curso de Pedagogia na pessoa do Drº Francisco Cláudio de Sousa Silva pela experiência trocada em sua disciplina, pela paciência e companheirismo, no decorrer do curso.

Aos meus dois filhos que pela inocência e graciosidade motivaram-me a vencer mais essa etapa da minha vida.

As amigas que fiz no Curso de Pedagogia Joelma Sousa, Francisca Uchôa, Adriana Araújo que nos momentos de alegria e de tristezas sempre estiveram do meu lado me auxiliando quando preciso.

Aos meus demais familiares que me auxiliaram direta ou indiretamente durante este processo evolutivo em especial minha irmã Gheysemilary Rosa Barbosa por disponibilizar do seu tempo para me auxiliar nesse processo.

A todos os docentes que passaram por nossa turma e até àqueles que de forma indireta nos ajudaram a chegar ao nosso objetivo, aos professores os quais se dispuseram não somente a nos repassar conhecimento, mas a nos ajudar e contribuir com essa formação.

Ao Professor e Orientador Dhemesbraene Soares da Silva pela dedicação, compromisso e disposição ao cumprimento dessa etapa do curso, sabendo que é uma tarefa árdua, porém gratificante ao extremo sua conclusão com êxito.

A todos minha eterna gratidão.

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tão pouco, a sociedade muda. (Paulo Freire).

BARBOSA, Jaqueline Rosa. **A QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA - PA: Olhares de Profissionais de duas Escolas do Ensino Fundamental.** Monografia de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Itaituba – FAI, Itaituba – Pará. 2016.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a qualidade da educação pública na visão dos profissionais da educação no Município de Itaituba Pará. O mesmo faz uma abordagem teórica e histórica da educação e suas evoluções. Os procedimentos metodológicos aplicados foram à pesquisa bibliográfica, no qual usou diversos autores que abordam sobre o tema em estudo. Utilizou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa para fundamentar o estudo e responder as questões norteadoras a fim de coletar dados foram aplicados questionários para os professores compreender sobre a qualidade do ensino, bem como a importância do mesmo no processo do ensino e aprendizagem das crianças. O resultado do trabalho mostrou que a qualidade da educação pública em Itaituba, a qual possui inúmeros problemas e esses resultados originam-se de diversos fatores, dentre elas está a qualidade da formação dos professores a estrutura física das escolas públicas, bem como políticas comprometidas com esse desenvolvimento e fiscalização, contando ainda com a participação fundamental da família na escola, pois sabemos que a família serve como base para a criança na construção de valores e respeito. Conclui-se que os professores possuem formação específica na área de ensino, mas os mesmos trabalham sob condições precárias, falta de apoio dos pais, falta de material pedagógico, de espaços físicos dificultando a execução das propostas curriculares que já são compatíveis com as normativas apresentadas pelas novas Diretrizes.

PALAVRAS-CHAVES: Qualidade do Ensino, Formação Docente, Políticas Públicas.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	O que você entende por Ensino de Qualidade?.....	53
QUADRO 02:	De que forma e feito o Planejamento das atividades pedagógicas da escola para alcançar a qualidade do ensino?.	54
QUADRO 03:	Em seu ponto de vista quais são os maiores desafios da educação brasileira?.....	55
QUADRO 04:	Quais os maiores desafios encontrados para uma educação de qualidade no município de Itaituba?.....	56
QUADRO 05:	Qual a sua opinião sobre a qualificação dos professores na atualidade?.....	57
QUADRO 06:	De que forma a melhoria das escolas pode influenciar para um ensino de qualidade?.....	58
QUADRO 07:	Você considera importante a aproximação família- escola para um ensino de qualidade?.....	59
QUADRO 08:	Qual sua percepção sobre as Políticas Educacionais do Governo para um Ensino de Qualidade?.....	60
QUADRO 09:	Qual a sua percepção sobre a qualidade da educação pública em nosso município?.....	61
QUADRO 10:	Em sua visão o que seria necessário implementar no Sistema Educacional Brasileiro e Municipal para alcançar um Ensino de qualidade mais satisfatório.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL ABORDAGEM HISTÓRICA.....	12
1.1 A TRAJETORIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	12
1.2 FATORES HISTÓRICOS QUE CONTRIBUÍRAM COM A MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	14
1.2.1 Acordos Internacionais.....	14
1.2.2 Legislação Para o Funcionamento da Educação.....	15
1.2.3 Educação Inclusiva Para As Classes Menos Favorecidas.....	19
1.2.4 Investimento Financeiro “FUNDEF-FUNDEB-PDDE”.....	20
1.3 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	22
1.3.1 Qualificação de Professores.....	24
1.3.2 Melhorias das Escolas.....	28
1.3.3 Elevação do Índice de Aprendizagem dos Alunos.....	30
1.3.4 Aproximação Família - Escola.....	32
2 A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	36
2.1 ABORDAGENS SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO.....	36
2.2 A QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS ATUAIS DIANTE DAS ESTATÍSTICAS DO GOVERNO FEDERAL.....	38
2.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS A QUALIDADE DO ENSINO.....	39
2.3.1 IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.....	40
2.3.2 SAEB E Provinha Brasil.....	41
2.3.3 Prova Ana.....	44
2.3.4 PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.....	46
3 A QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO DAS ESCOLAS DE ITAITUBA-PA: OLHARES DE TRÊS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	49
3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS PESQUISADAS.....	49
3.1.1 Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros.....	49
3.1.2 Escola Municipal de Ensino Fundamental Engenheiro Fernando Guilhon.....	51
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	52
3.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS E ANÁLISE DOS DADOS.....	53
CONCLUSÃO.....	64
BIBLIOGRAFIA.....	66
APÊNDICE.....	70

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho de conclusão de curso é analisar a qualidade da educação pública na visão dos professores da educação no Município de Itaituba Pará. Definir padrões escolares é uma tarefa árdua, pois esses padrões podem ser considerados como um guia, um instrumento útil para orientar a prática pedagógica para que ocorra um ensino de qualidade.

Os problemas sociais do país são muitos e a educação é a palavra mestre para que muitos deles possam ser amenizados, sendo que é preciso primeiramente melhorar a formação dos docentes, visto que o desenvolvimento dos professores reflete no desenvolvimento dos alunos e da escola.

Diante das considerações acima, surgem os seguintes questionamentos para os quais se buscou as respostas durante a construção deste trabalho: Qual a percepção dos profissionais da educação sobre a qualidade do Ensino Público em nosso Município? Na visão dos educadores como está a qualidade do ensino, ofertado na Educação Pública? Quais os desafios para uma Educação de qualidade no Município de Itaituba.

O mesmo traz como objetivos específicos, analisar as visões de professores da Educação sobre a qualidade da educação pública em nosso município, verificar a qualidade do ensino que os educadores têm oferecido na educação pública, Identificar os desafios para uma educação de qualidade no município de Itaituba Pará.

Para a metodologia deste trabalho, utilizou-se pesquisa bibliográfica com autores que tratam da temática, como ARRUDA 2006, OLIVEIRA 2011, DOURADO 2007; dentre outros autores. Os procedimentos de coleta de dados adotados para esse estudo foram questionários com perguntas abertas para os profissionais que atuam na Escola Antônio Gonzaga Barros e Fernando Guilhon, localizados no Município de Itaituba-Pará.

Esta monografia é composta por três capítulos: Onde o primeiro capítulo faz uma abordagem histórica da Educação no Brasil, e de alguns fatores que contribuíram para a melhoria da Educação Brasileira, discorre também dos Acordos Internacionais das leis que garantem o Direito Humano a Educação, da Legislação para o funcionamento da educação, assim como uma Educação Inclusiva para as classes menos favorecida, tendo como discursão também a Base Nacional Comum,

os investimento financeiro como o FUNDEF –FUNDEB –PDDE, bem como os desafios da Educação Brasileira, enfatizou-se também outras questões muito importante da Educação que é a qualificação dos professores, a melhorias das escolas, a elevação do índice de aprendizagem dos alunos e a indispensável aproximação família- escola.

Já no segundo capítulo, vem abordando sobre a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental, fazendo relatos de que forma essa qualidade está ocorrendo, assim como uma análise da qualidade do ensino no ponto de vista estatísticos do Governo Federal, e das políticas educacionais voltadas a qualidade do ensino por meio de indicadores oferecidos nas redes de ensino do país como o IDEB, PROVA BRASIL, PROVA ANA e o PNAIC.

O terceiro e último capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada. Sabe-se que são muitos os problemas que estão presentes na educação brasileira, sobretudo na educação pública. São vários os fatores que proporcionam resultados da mesma, um exemplo notório disso são as crianças que se encontram no 6º ano do ensino fundamental e não dominam a habilidade de ler e escrever corretamente.

1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL: ABORDAGEM HISTÓRICA

1.1 A TRAJETORIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao pesquisar sobre a trajetória histórica da Educação no Brasil nos deparamos com uma análise de um período histórico, que relata a chegada dos padres Jesuítas dando início a Educação Brasileira, o primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, chegou ao Brasil acompanhado dos Jesuítas em março de 1549, comandados pelo Padre Manoel de Nóbrega, os mesmos faziam parte de uma ordem religiosa católica que era chamada de Companhia de Jesus, esta ordem religiosa foi fundada em 1534 por Inácio de Loiola criada em um contexto da Contra Reforma Católica (ARANHA, 2006).

Os Jesuítas tinham como objetivo conquistar a fé católica por todo o mundo, assim os padres Jesuítas aprenderam a língua tupi-guarani e organizaram um texto para poder catequizar os índios, os mesmos eram muito dependentes a um regime de grandes privações e desta forma humildemente se organizavam para poderem viver em locais afastados e se adaptavam às mais adversas condições, como os Jesuítas tinham como propósito Cristianizar as populações indígenas do território colonial, precisou-se que os índios pudessem ter alguns conhecimentos básicos de leitura e escrita. Assim ao mesmo tempo em que vivenciavam seus trabalhos com os nativos, foram também responsáveis pelo embasamento das primeiras instituições de Ensino do Brasil Colonial, dessa forma tudo que se tinha de conhecimento laico da época era controlado pela Igreja. A atuação da mesma na Educação foi de grande importância para compreensão e marcos da nossa cultura, já que cada geração assimila o legado cultural dos antepassados.

Os jesuítas formaram as primeiras legiões e missionários que se dispuseram a deixar a Europa a se dedicar a catequese do gentio nas novas terras. Por 210 anos, de 1549, quando chegaram ao Brasil, até 1759, quando se deu a expulsão dos mesmos por Marques de Pombal, foram praticamente os únicos educadores do Brasil (OLIVEIRA, 2011: 2).

Esta ordem religiosa, por sua vez, deixou marcas profundas na cultura e na sociedade de todo o país, os Jesuítas foram os únicos educadores no Brasil até então, embora eles tivessem formado várias escolas de ler e escrever as suas

histórias, formavam sempre uma escola secundária, serviram de referências fundamentais e básicas em termos de Educação no Brasil - Colônia, tornaram-se reconhecidos pelo empenho na formação religiosa, intelectual e moral das crianças e jovens pelos fortes princípios religioso, os quais sacrificavam a serviço da igreja..

De acordo com o autor as marcas deixadas pelo ensino dos Jesuítas, são notórias e marcantes, nesta época não havia grandes preocupações com os problemas educacionais, já que a educação era um privilégio dos ricos e influentes, que tinham condições de mandar seus filhos para as melhores escolas estrangeiras, especialmente em Portugal e França. Porém com a realidade evidenciou, o que aconteceu efetivamente e que o ensino no Brasil após a expulsão dos Jesuítas, continuou a ser organizado de forma parecida à da companhia de Jesus ligada a necessidade da mão de obra qualificada, pois além de contar com o apoio financeiro da Igreja, os Jesuítas também utilizavam da mão-de-obra Indígena no desenvolvimento das atividades agrícolas.

O plano legal (catequizar instruir os índios) e o plano real se distancia. Os *instruídos* serão descendentes dos colonizadores. Os indígenas serão apenas *catequizados*.

A catequese, do ponto de vista religioso, interessava a companhia como fonte de novos adeptos do catolicismo, bastante abalado com o movimento da Reforma. Do ponto de vista econômico, interessava tanto a ela como ao colonizador, à medida que tornava o índio dócil e, portanto, mais fácil de ser aproveitado como mão- de-obra. (RIBEIRO, 2003: 23)

Desta forma, torna-se uma das fases mais importante dessa história, lembrando que a sua relevância se encontra nos efeitos para a cultura e civilização brasileiras onde constituíram na Colônia Portuguesa do Brasil uma presença cultural e social bastante significativa. Com tudo se percebe que os Jesuítas se dedicaram à propagação da Fé católica e ao trabalho educativo. Como afirma o autor:

Nesse período de 210 anos os jesuítas promoveram maciçamente à catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra. (ARRUDA, 2006: 140)

Não se pode deixar de reconhecer que os Portugueses trouxeram um padrão de Educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação. E convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo Educacional Europeu. Quando os

Jesuítas chegaram, não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia mais trouxeram também os métodos pedagógicos como o sistema baseada no *Ratio Studiorum* um documento que lhes guiava para esse processo de ensino.

Mais somente na segunda metade do século XVIII, os Jesuítas sofreram um grande golpe, nessa mesma época o Ministro Marquês de Pombal determinou que os Jesuítas deveriam ser expulsos do Brasil por conta da grande autonomia política e econômica que os mesmos teriam conseguido com a sua catequese. No entanto a herança religiosa deixada pelos Jesuítas ainda se encontra em vários âmbitos da nossa sociedade o qual nos deixou traços definidos nas escolas tradicionais.

1.2 FATORES HISTÓRICOS QUE CONTRIBUÍRAM COM A MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

1.2.1 Acordos Internacionais.

Dentre esses fatores históricos os quais colaboraram para a melhoria da Educação Brasileira, encontra-se os acordos internacionais, com intuito de colaborar em caráter prático, social, financeira, com o governo e com o desenvolvimento de políticas educacionais e ideias as quais adequem-se com o país, assessorando para que possam suprir as demandas de ambos, para melhoria da qualidade da educação no Brasil.

O Banco Mundial é uma Organização Internacional composta de cinco Organismos: BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, AID - Associação Internacional de Desenvolvimento, IFC - Cooperação Financeira Internacional, MIGA - Agência Multilateral de Garantia de Investimentos e ICSID - Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos, que desempenham funções diferentes e complementares no intuito de aliviar a pobreza e promover o desenvolvimento (MARQUEZ, 2006: 35 apud BUENO e FIGUEREDO, 2012: 1 e 2).

De acordo com Banco Mundial (2001: 11) apud BUENO e FIGUEREDO (2012: 4). “A educação é a pedra angular do crescimento econômico e do desenvolvimento social e um dos principais meios para melhorar o bem-estados indivíduos”. Ela aumenta a capacidade produtiva das sociedades e suas instituições políticas, econômicas e científicas e contribui para reduzir a pobreza, acrescentando o valor e a eficiência ao trabalho dos pobres e mitigando as consequências da

pobreza nas questões vinculadas a população, saúde e nutrição, o ensino de primeiro grau é a base e sua finalidade fundamental é dupla: produzir uma população alfabetizada e que possua conhecimentos básicos de aritmética capaz de resolver problemas no lar e no trabalho, e servir de base para sua posterior educação.

A educação passou a ser concebida como condição de alívio da pobreza, de reduzir as desigualdades sociais e de impulsionar o desenvolvimento. Investir no *capital humano* dos pobres é considerado pelo Banco Mundial como fundamental para elevar a economia do país. Tal estratégia político-ideológica evidencia-se nos documentos do Banco Mundial que definem os rumos educacionais nacionais e internacionais (BUENO e FIGUEIREDO, 2012: 6).

Diante dos relatos acima citados, observa-se que o BIRD (Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento) considera o fato de investir na educação uma melhor forma de acrescentar recursos para as pessoas sem condições financeiras, usando os próprios recursos produtivos dos mesmos o trabalho e fornecimento de serviços básicos, tendo como base primordial a educação assim como a saúde elementar e o planejamento familiar. Entende-se o grande destaque na educação primária, que prepara a população, principalmente feminina, para o planejamento familiar e a vida produtiva. Bem como assessoria os governos para os desenvolvimentos de políticas educacionais.

1.2.2 Legislação para o funcionamento da Educação.

O direito à educação uniu-se aos direitos sociais. Este por sua vez, faz partes das diferentes extensões dos direitos fundamentais da pessoa humana. Legislação é o conjunto de leis que regula certa matéria. Assim, legislação educacional é o conjunto de diplomas legais que tratam da educação.

Assim a educação é entendida como serviço público e a não universalização ainda desse serviço e que coloca o Estado na condição de devedor e o cidadão na de credor de escolarização. E por escolarização, deve se entender não só o ingresso, mas também a continuidade produtiva na escola. Os direitos sociais não foram nem os primeiros nem os últimos direitos fundamentais a serem conquistados.

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL-CF 1988.)

Entre os direitos fundamentais da pessoa, abrange vários outros dos quais inclui direitos sociais, à Educação, assim como a saúde, trabalho e uma moradia dentre vários fatores que abrange direitos fundamentais para o ser humano enquanto cidadão. Para compreendermos melhor os direitos a educação, buscou-se recapitular a trajetória histórica dessas leis no Brasil. O seu surgimento ocorre com a primeira Constituição no ano de 1824. Segundo PILLETI (2009:50):

Nossa primeira constituição, outorgada por D. Pedro I, em 25 de março de 1824, não chegou a mencionar a escolaridade obrigatória. Limitou-se a estabelecer que “ a instrução primaria é gratuita a todos os cidadãos “ (art. 179, xxxII). Isto é, estabeleceu o princípio da gratuidade, mas se esqueceu da obrigatoriedade. É verdade que a primeira lei do ensino primário, promulgada em 15 de outubro de 1827, determinou que deviam ser criadas escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos e escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas. Entretanto, apesar de ter mais de 170 anos, esses dispositivos até hoje não foram integralmente comprimidos.

Diante do exposto nesta primeira lei vem abordando sobre a gratuidade do ensino das primeiras letras para todos os cidadãos por D. Pedro I ,onde a partir daí determinou-se essa gratuidade do ensino ,mais coloca também que esqueceu-se da obrigatoriedade da família em colocar a criança para estudar ,diferente de hoje que já é obrigado, dessa maneira a população teve acesso à educação, estabelecida por lei onde a mesma determina também a criação de novas escolas em vilas mais populosas para a população ter acesso à educação.

Segundo CARNEIRO (2002) a Constituição 1861 não explicita a gratuidade do ensino, mostrando assim o retrocesso na garantia das leis voltadas para a educação, uma vez que, é de suma importância esta gratuidade do ensino, para a população ter mais acesso à educação pública. A mesma delegou aos estados da federação a normatização quanto a gratuidade do ensino público de forma leiga e livre, com isso percebe-se a falta de interesse dos Estados em tornar o ensino obrigatório para que as responsabilidades fossem distribuídas de maneira certa para o estado e as famílias, afim de obter um menor número de analfabetos, e por consequência um maior número da população inserida nas escolas.

Ao contrário das legislações que se passaram a constituição de 16 de julho de 1934, vem determinando os itens de gratuidade e obrigatoriedade a qual as leis anteriores fizeram pouco caso em estabelecer como princípio legal, conforme PILLETI (2009; 51):

A Constituição de 16 de julho de 1934 inclui tanto a obrigatoriedade quanto a gratuidade do ensino primário. No item “a” do parágrafo único do artigo 150 instituiu o “ensino primário integral e gratuito e a frequência obrigatória, extensivo aos adultos” “Não há referência explícita à faixa etária em que o ensino primário seria obrigatório, embora se diga que ele deveria ser extensivo aos adultos. Isto significa que o ensino primário é obrigatório para todos, crianças e adultos? A lei não a clara neste sentido.

O autor pondera sobre a gratuidade do ensino, assim como a obrigatoriedade para a população, um grande avanço para a educação em nosso país, percebe-se por tanto a grande importância desses dois elementos para a qualidade da educação a qual se almejava. Esses elementos permaneceram até a última constituição a de 1988, o qual: “ Manteve a obrigatoriedade do ensino de 1º. Grau, agora denominada fundamental, estendendo-a aos que ‘a ele não tiveram acesso na idade própria’ e, progressivamente, ao ensino médio” (BRASIL – CF,1988. Art. 208, I e II). Com tudo nota-se que esses elementos vieram a favorecer a população que não teve acesso ao ensino primário na idade certa.

Desta forma, afirma-se que a constituição de 1988 recobra a conquista de cidadania onde nela a educação recebeu lugar de grande destaque fazendo assim todo o país acordar a esta causa ,juntamente com as emendas conhecidas obtiveram a ideia da educação como direito de todos direito, por de tal maneira que deveria ser universal, gratuita democrática comunitária e por tanto de grande modelos de qualidade, em resumo de cunho transformador da realidade, onde assim deveria ajustar-se pelos seguintes princípios fundamentais:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);
 VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

De acordo com a lei citada acima, os princípios básicos voltados a educação, de forma transformadora, enquadra-se a igualdade de condições para que se tenha acesso a escola como também a permanência, tendo como base direitos que garantam a liberdade de aprender e de ensinar e poder está divulgando o pensamento, fato esse muito importante para o desenvolvimento do ser humano enquanto cidadão, destaca também a gratuidade do ensino público, valorização dos profissionais da educação a qual sabemos que é um dos fatores que implica muito no desempenho do objetivo que se almeja ou seja uma educação para todos e com qualidade.

A segurança do modelo de qualidade na educação também está contraposta na legislação infraconstitucional, no artigo 3º, inciso IX, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), apreendida como preceito fundamental a qual vem regulamentar todos os sistemas de ensino. CHERUBINI (2012: 5), comenta que “Apesar de propagada a necessidade de qualidade da educação, ocorre a ausência de definição legal do que seja esse preceito”.

Assim sendo, verifica-se que a garantia da qualidade da educação, como princípio constitucional, deve ser buscada em qualquer sistema de ensino, com a possibilidade de acionamento do Poder Judiciário para sua concretização. Incumbe aos entes federativos, na sua esfera de competência, autorizar e fiscalizar as instituições de ensino, adotando providências face ao não alcance do padrão mínimo de qualidade, que pode ser aferido desde as instalações físicas do estabelecimento, até a composição dos recursos humanos e resultados de avaliações oficiais, como o IDEB. A União, embora precipuamente voltada para o ensino superior, não deve ser eximida de buscar o padrão de qualidade nas etapas anteriores de educação. Tanto o segmento público como o privado devem ser avaliados e sancionados quando descumprirem o padrão mínimo de qualidade (CHERUBINI, 2012: 5).

Desta forma o autor enfatiza que a qualidade da educação, vem como um dos princípios na constituição, na qual se a mesma não for cumprida como rege na lei, pode acarretar o acionamento do poder jurídico para que assim a mesma seja executada da melhor forma, desde suas instalações físicas da escola, quanto a um quadro de professores e funcionários que estejam envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem, bem capacitados para exercer suas funções de maneira

eficaz, até por se trata de um direito assegurado por lei, que os alunos possam exufluir de uma educação com qualidade.

1.2.3 Educação Inclusiva para as classes menos favorecidas.

A educação inclusiva surge com os movimentos internacionais, cresceu, ganhou adeptos e caracterizou-se após a Segunda Guerra Mundial, trabalhando com os feridos que ficaram deficientes. A educação inclusiva estabelece um compromisso com as minorias, entre as quais os alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

É fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos (ROGALSKI, 2010: 6).

O autor refere-se que a educação inclusiva é conhecida como uma política de justiça social que ajuda os alunos menos favorecidos, os quais necessitam de um apoio maior por parte daqueles que fazem a educação, principalmente devido as suas limitações diversas. A respeito disso a Declaração de Salamanca afirma:

O princípio fundamental linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas(1994: 17 e 18).

Como resultado da Conferencia Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 7 a 10 de julho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, a Declaração de Salamanca trata dos princípios, politicas e praticas na área das necessidades educativas especiais. Segundo essa declaração OLIVEIRA (2015) fala que a educação inclusiva serve para ajudar alunos menos favorecidos, incluindo eles nas escolas. Não se pode medir esforços nem colocar barreiras quando existir inclusão. O investimento no sistema, métodos e capacitação deve servir para oferecer a cada um, o que é seu de direito.

A educação que visa à inclusão de todos assume um sentido reparador: supõe o reconhecimento e a restituição das perdas ao desenvolvimento humano causada pela cultura elitista, dominadora, machista, pela subordinação econômica e política a que o neoliberalismo⁴⁶ nos submete como países emergentes. Educação, esta, também denominada de educação indenizatória, que visa a restituir a condição maior de ser humano, isto é, a extensão da categoria de humanos a todos. Não basta a palavra de ordem: "toda criança na escola". É preciso ousar, dar um salto de qualidade e comprometer a escola e a sala de aula com o processo mais amplo de inclusão social. Caso contrário corre-se o risco dela vir a ser mais um elemento de exclusão social, quando deveria contribuir para a inclusão (DOMINGOS, 2005: 69 e 70).

A educação inclusiva tem sido uma tentativa de incluir os “diferentes” nas escolas, para além de uma simples integração é preciso que seja garantida também a aprendizagem. Podemos refletir sobre o que realmente significa o fato de incluir, como uma escola inclusiva deve ofertar é muito necessário no sentido de transformar as práticas sócias que produzem a exclusão.

1.2.4 Investimento Financeiro “FUNDEF-FUNDEB-PDDE”.

O Fundef foi implementado, à exceção do Pará, em 1 de janeiro de 1998. A mudança da estrutura do ensino fundamental público no país consistiu na principal inovação do Fundef. A distribuição de recursos passava por ser automática de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental, assim sendo, a responsabilidade pelo financiamento é repartida pelo governo estadual e municipal. O Fundef foi criado pela EC nº 14, de 12/09/1996, e regulamentado pela lei nº 9.424, de 24/12/1996 e pelo Decreto nº 2.264, de 27/06/1997.

Fonte de recursos do FUNDEF	
■	15% do Fundo de Participação dos Municípios – FPM;
■	15% do Fundo de Participação dos Estados – FPE;
■	15% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
■	15% do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às Exportações – IPIexp;
■	15% do ressarcimento da União pela Desoneração de Exportações (LC nº 87/96); e
■	Complementação da União.

Tabela 01. Fonte de recursos do Fundef.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>

A respeito desses percentuais de investimento para o FUNDEF, DOURADO (2007) afirma:

O cálculo para a Complementação da União ao Fundef é feito a partir do valor mínimo nacional por aluno/ano, de modo que nos estados onde o valor per capita anual não alcançar o mínimo estabelecido nacionalmente, o governo federal, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE assegura a diferença, mediante crédito de parcelas mensais na conta específica do Fundef, em favor de cada estado e de cada município beneficiário, sendo tais valores transferidos de forma automática, como ocorre com todos os repasses realizados à conta do Fundef.

A seguir apresentam-se os dados de investimento que o governo realizava na época em que o fundo atendia o ensino fundamental.

Ano	1ª a 4ª série, escola urbana e rural	5ª a 8ª série, classe de ensino especial, escola urbana e rural	Legislação
1998	315,00	315,00	Decreto nº 2.440, de 23 de dezembro de 1997
1999	315,00	315,00	Decreto nº 2.935, de 11 de janeiro de 1999
2000	330,00	349,65	Decreto nº 3.326, de 31 de dezembro de 1999
2001	363,00	381,15	Decreto nº 3.742, de 1 de fevereiro de 2001
2002	418,00	438,90	Decreto nº 4.103, de 24 de janeiro de 2002
2003	446,00	468,30	Decreto nº 4.580, de 24 de janeiro de 2003
	462,00	485,10	Decreto nº 4.861, de 20 de outubro de 2003
2004	537,71	564,60	Decreto nº 4.966, de 30 de janeiro de 2004
	564,63	592,86	Decreto nº 5.299, de 7 de dezembro de 2004
2005	620,56	651,59	Decreto nº 5.374 de 17 de fevereiro de 2005.
	632,97	664,00	

Tabela 02. Valor custo/aluno definido pelo Fundef

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>

Com 60% dos recursos da educação a serem vinculados em apenas uma etapa, provocou muitas discussões, não só da sociedade civil como também do poder público. Essas discussões levaram à criação do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Que ao ser aprovado substituiu o Fundef (DOURADO, 2006: 47 e 48).

De acordo com QUIRINO (2012: 67), o FUNDEB apareceu após a vigência do FUNDEF, com a apresentação da PEC nº 112/99, pelo Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Essa proposta resumia-se de acordo com ROSSINHOLI (2010: 107), apud QUIRINO (2012: 67) ao vínculo das receitas dos impostos com a

educação da União, referenciada no artigo 212 da C. F. de 1988, passava de 18% para 20%, ficando mantidos os percentuais dos Estados D.F. e municípios: o total dos recursos previstos.

O FUNDEB seria composto por 80% do valor gerado com esses percentuais e estaria vinculado à renumeração dos profissionais da educação. Resumindo, o FUNDEB é um fundo de natureza contábil de carácter provisório com prazo de 14 anos. Os estados e municípios e o D.F. investem os recursos do fundo em manutenções e desenvolvimento da educação Básica (infantil, fundamental e médio) e na renumeração dos seus profissionais. Detalhando essa mutação dos fundos o autor SOUSA afirma:

Considerando a limitação do FUNDEF, que só atendia o Ensino Fundamental, o FUNDEB atenderia não só o Ensino Fundamental, mas também toda a Educação Básica. E sendo este também, uma forma procedimental de valorizar o profissionais da educação, especialmente, os professores. Além do mais, tal Fundo não tem carácter Federal, Estadual ou Municipal, e sim, atua como pressuposto das três esferas Governamentais do país, tendo como órgão financeiro o Banco do Brasil, que gerencia as arrecadações Tributárias do Estado. Sendo que também, tal Fundo recebe tais contribuições em três momentos, ou seja, nos dias 10, 20 e 30 de cada mês. Apesar da legislação educacional destinar recursos para o ensino brasileiro e paralelamente haver cobranças quanto a prestação de contas dos gastos efetuados, ainda existem fraudes na destinação das verbas, mesmo as fiscalizações sendo intensas e prevendo punições severas aos flagrados em irregularidades. (SOUSA, 2009).

O PDDE, Programa Dinheiro Direto na Escola, foi criado pelo Governo Federal para ajudar Unidades Escolares, municipais e estaduais para a compra de bens, manutenções e na compra de materiais de consumo. O valor é repassado anualmente às contas bancárias das Unidades Escolares e deve ser gasto até 31 de Dezembro. As escolas que administram os gastos (SOUSA, 2009).

De acordo com YANAGUITA (2013, 102), o PDDE é o melhor programa de melhoria da qualidade de ensino, pois descentraliza os recursos para a escola e estes são geridos democraticamente, com isso contribui para uma melhor qualidade do ensino fundamental.

1.3 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Já que a educação é a mola mestra da sociedade, assim, percebe-se que o ato de ensinar está sempre em constantes mudanças, pois a mesma é um ato

histórico, crítico, político e social, com desenvolvimento crescente e sempre se adequando a realidade humana. Desta forma entende-se que os desafios encontrados são muitos e a tarefa é árdua, logo que vários fatores correspondem para a chegada desta educação (CENEVIVA, 2014).

Conforme DOURADO (2007; 940) aborda, “O desafio à qualidade está em conferir ao termo uma dimensão histórico-social e por tanto, inclusiva”. Nessa direção pensar qualidade social da educação implica assegurar um processo pedagógico pautado pela eficiência, eficácia e efetividade social, de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos em junção a melhoria de vida e de formação da população.

Estamos vivendo na época de incertezas, mudanças e novos rumos que afetam frontalmente a educação no sentido de modificação e hábitos na prática docente e as relações que se dão no cotidiano da escola. O grande problema de tudo isso, é que vemos que a estrutura organizacional dos ambientes escolares não se prepara para as mudanças e acabam provocando um clima de ações que sempre procuram rivalizar professor e alunos tirando sempre a cumplicidade deste num processo de gerações e construções de ideias e formação de hábitos que precisam ter como ponto de partida a formação ética e a proposta de construção de novas visões de mundo e busca pela justiça social de luta pela igualdade. (DEWEY, 2001).

A educação nos últimos anos mudou bastante mais está longe de ser satisfatória, as questões do ensino são sempre polêmicas, O Brasil fez progressos expressivos na educação nos últimos 10 anos, mas ainda temos um longo caminho para atingir o nível dos países desenvolvidos.

Há certo tempo atrás se pensava que os problemas do ensino eram somente a falta de escolas, a carência de verbas governamentais e a evasão de crianças em idade precoce, fazendo se necessário construir mais escolas, assim como pagar melhor os professores e convencer as famílias a trazerem seus filhos para a escola. Mais tarde observou-se que essa visão da política teve que ser modificada, pois não são significativas as quantidades o problema era a qualidade. Assim os problemas principais eram qualidade e repetência, ou seja, a tradição de manter nas escolas as crianças que não se saiam muito bem conforme esperado nas provas, prática amplamente disseminada no Brasil conforme: (FLETCHER, 1984 e KLEIN & RIBEIRO, 1991).

Os desafios da educação brasileira envolvem aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, e tantos outros. Em estudo elaborado pelo Banco Mundial, entre

os desafios mais importantes para a próxima década, estão a qualidade do ensino secundário, a eficiência do gasto público, a qualidade dos professores e a educação infantil. Sem dúvida, esses são pontos essenciais (DINIZ, 2012). A atenção do Brasil com a educação é muito recente. É preciso, além de ampliar os investimentos, direcioná-los e acompanhar sua utilização. Assim como Práticas pedagógicas coerentes à realidade de seus alunos; Professores valorizados; Gestão democrática com a participação das famílias e da comunidade escolar e parcerias externas. Enfim, os desafios são grandes para ao avanço da qualidade da educação brasileira e um tanto quanto complexo com o tamanho territorial e as desigualdades econômicas, sociais e regionais em nosso Brasil, o qual abrange redes municipais, estaduais, federais e as instituições privadas com seus diferentes níveis e modalidades da educação.

1.3.1 Qualificação De Professores

De acordo com PENIN (2009: 02) a educação como atividade de ensino é tão antiga quanto á humanidade, porem o professor como profissional de ensino, só apareceu pouco mais de 300 anos, no século XVIII, nas lutas por democratização, empreendidas pela burguesia revolucionária. A definição do professor como sujeito do ensino encaminhou a formulação de um *core curriculum* para a sua formação, ancorada na área da pedagogia, inaugurando o início da profissionalização.

No Brasil, diferentemente do que ocorreu na Europa, a formação profissional em nível superior para qualquer profissão só ocorreu a partir de 1812, depois da vinda da família real portuguesa, em 1809, e mesmo assim com cursos isolados, fora de um projeto de universidade, que só se institucionalizou em 1931. (PENIN, 2009: 02).

Diante do exposto pode se observar que a formação de professores no Brasil teve início em de 1812 com a vinda da família portuguesa, a partir daí houve uma preocupação maior com a profissionalização desses profissionais assim alguns cursos isolados, inicializaram a partir de 1931.

Os primeiros cursos de formação de professores para o ensino primário se estabeleceram em algumas capitais a partir de 1835, em nível secundário, com duração máxima de dois anos. Apenas no início do século XX essa formação amplia-se para cidades do interior dos principais estados, sempre em nível secundário até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que propugna a formação em nível superior. A formação de

professores para o ensino secundário, por outro lado, ocorreu somente na década de 30 do século XX, no Rio de Janeiro (Instituto de Educação do Distrito). (PENIN, 2009: 02).

Com isso nota-se os primeiros passos da profissão docente, a qual deslanchou com os primeiros cursos a partir de 1835, para o ensino primário em algumas capitais do Brasil e para o secundário com duração de dois anos, desta forma pode-se observar que o processo de educação no Brasil, ocorreu de forma lenta e deficiente, por falta de profissionais qualificados onde os poucos profissionais que havia eram pessoas que se formaram em outros países, o qual contribuiu para o alto nível de analfabetos no Brasil.

No interior do País quem mantinha as escolas e com pouco preparo eram os proprietários de fazendas. Como afirma GHIRALDELLI JUNIOR (2003), no imenso Brasil rural eram poucas escolas existentes, nas quais trabalhavam professores sem qualquer qualificação. Nessa época foram exigidos que os professores deveriam ser aqueles que possuíam curso normal para atuarem nesses novos estabelecimentos de ensino.

Posteriormente surgiram as políticas educacionais instituídas na década de 1960, por meio da Lei n.4.024/1961, que tratava da questão dos professores em seu Título VII, cap. IV, normatizavam que, diante do reduzido número de professores diante da necessidade de expansão do ensino primário, tanto docentes com diplomas provenientes do curso normal ginasial, como do curso normal colegial, teriam direito ao ingresso no magistério oficial ou particular. Isto é, a formação em cursos de níveis distintos permitiria aos professores lecionarem nas mesmas classes (WEBER, 2003).

No final da década de 1960 e início da década de 1970, em pleno vigor da ditadura militar, ocorreram novas reformas na educação brasileira, estabelecidas pelas Leis n.5.540/68 e n. 5.692/71. Podem-se destacar nessas leis que as principais medidas adotadas, definiam para o ensino superior, a departamentalização da organização universitária, as licenciaturas curtas e o núcleo comum na estruturação curricular, para o então 2º grau o ensino profissionalizante, e para o 1º grau a iniciação para o mundo do trabalho, além de remuneração de professores de acordo com a titulação, segundo (ROMANELLI, 1993).

As movimentações dos grupos de educadores para uma formação docente de qualidade continuaram intensas por toda a década de 1990, e os debates

produzidos ao longo de mais de dez anos resultaram na criação da Resolução CNE/CP 01/2002, de 18 de fevereiro de 2002, fruto de grandes mobilizações, através de reuniões e audiências públicas realizadas com o objetivo de implementar as diretrizes constantes no documento, que era composto pela Resolução CNE/CP 02/2002, de 19 de fevereiro de 2002, consubstanciada no parecer CNE/CP 28/2001, de 02 de outubro de 2001, os quais estabeleceram a carga horária e a duração dos cursos de licenciatura no Brasil.

Segundo BARREIRO e GEBRAN (2006), sua elaboração foi estimulada principalmente pela constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, que ao ressaltarem a valorização da profissão docente, fizeram também referência a um padrão de qualidade, que deveria ser alcançado e mantido na formação do alunado e que, por conseguinte, deveria também subsidiar a formação de professores, dando aos profissionais as necessárias condições para que pudessem desempenhar um trabalho que primasse pela qualidade do ensino.

Um bom professor não implica somente em vocação, precisa também de uma boa formação e atualmente o campo da educação escolar se encontra em constante transformação, exigindo assim mais profissionalização dos professores, para estarem acompanhando as modificações curriculares exigidas.

A formação de professores é uma temática que cada vez mais, ocupa um papel de destaque nas discussões político-educacionais, seja nas políticas públicas, seja nas corporações profissionais do magistério. Quase sempre vinculada à questão da melhoria da qualidade do ensino, apresenta-se como um dos importantes pilares das propostas de inovação curricular situando-se numa perspectiva transformadora da educação e do ensino (MACHADO, 1999: 95).

Sabe-se que a formação de um bom profissional da educação implica em chegar cada vez mais perto da qualidade de ensino, juntamente com os demais fatores envolventes nesse processo de ensino e aprendizagem, como novas construções sociopolíticas, por tanto qualquer pessoa pode ensinar, porém para ser um bom professor é necessário possuir preparo e formação específica, para desempenhar seu trabalho com sucesso, e assim desempenhar seu ofício de forma eficaz, já que envolve culturas, pensamentos e valores diferenciados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, afirma sobre a formação de educadores em seu artigo 62, que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Sendo assim as instituições de Ensino Superior que formam educadores comprometidos com esse processo devem apreciar também por uma formação de qualidade, para que haja uma transformação neste processo educacional, pois a desvalorização é grande e muita vez começa pelo próprio curso, já que não preocupa se em adotar pelos projetos científicos educativos na formação desse profissional. Nem sempre formação representa qualidade na educação, já que isso não depende exclusivamente do profissional docente, e sim de vários fatores os quais contribui de forma significativa na qualidade deste ensino, acompanhando as mudanças curriculares e extracurriculares exigidos e novas competências, assim faz-se necessário as formações continuadas onde se precisa incluir saberes científicos críticos e didáticos como afirma (ROMANOWSKI, 2010: 133):

O campo de formação continuada de professores apresenta-se bastante diversificado, contando com concepções, conteúdos e métodos que implicam aspectos políticos, culturais e profissionais. O processo de formação implica construção da profissão de professor. Entre outros aspectos, a compreensão dos saberes é básica na formação continuada. A compreensão dos saberes abrange os da experiência saberes de conhecimentos específicos e os pedagógicos.

O autor também afirma que uma boa formação do professor depende também de que o mesmo esteja sempre em busca de mais conhecimentos, para que não se restrinja apenas nos conhecimentos que lhes é repassado no curso, tendo em vista que a atualização deve ser constante já que as transformações socioculturais, educacionais está sempre em grandes transformações no mundo globalizado que vivemos, para que possa estar contribuindo na vida do educando de forma significativa.

De acordo com a Lei de Diretrizes de bases 9.394/ 96, no artigo 13, se estabelece obrigações para os professores, como: participar da elaboração do projeto pedagógico, elaborar e cumprir o plano de trabalho, zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelece estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento, ministrar os dias letivos e horas estabelecidos, participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional.

Neste sentido nota-se que o papel da docência vai muito além do fato de ensinar, envolve todo o processo das produções pré-escolares, nas elaborações de projetos para poder executado de forma satisfatória, à docência requer habilidades vinculadas a atividades profissionais específicas na área da educação, para essa troca de conhecimentos entre professor e aluno, pode assim fazer sua auto formação mudar suas práticas pedagógicas.

A qualidade do ensino está diretamente ligada às práticas pedagógicas desenvolvidas, aumentando assim a necessidade de rever essas práticas e por tanto a qualidade na formação dos docentes, pois eles estão diretamente ligados ao desenvolvimento do educando e no aprendizado do mesmo.

PERRENOUD (2001: 139) estabelece uma relação interessante entre profissionalização docente e desenvolvimento de competências profissionais. Para ele, competências é capacidade de ação. Manifestar competências profissionais diante de uma situação complexa é ser capaz de: identificar os obstáculos, considerar diversas estratégias, optar pela estratégia menos ruim, planejar e implementar a estratégia adotada, coordenar a implementação, reavaliar a situação e se necessário mudar a estratégia, respeita princípios legais ou éticos durante o processo, controlar as emoções sempre que interferirem na eficácia ou na ética, cooperar com os outros profissionais extrair ensinamentos e documentar as operações e as decisões.

1.3.2 Melhorias das Escolas

A melhoria das escolas e um fator de grande relevância, para a qualidade do ensino, pois reflete em um bem-estar, comprometimento e um ambiente bem estruturado e planejado, portanto precisa-se entender desde seu ponto de partida que a gestão da escola é importante e de grande valor para a qualidade do ensino e para facilitar esses processos de melhorias das escolas, de acordo com o autor Stan SPANBAUER (1992, 57).

O comprometimento dos gerentes com o processo de melhoria da qualidade e essencial e deve ficar patentes para todos os funcionários. Ações transparentes vindas dos gerentes da escola dão uma mensagem inconfundível à organização sobre o que é importante e onde estão as prioridades gerenciais.

Neste sentido pode se observar que tudo que se desenvolve no âmbito escolar em relação a qualidade, melhorias, responsabilidades de implementações e decisões para um melhor desenvolvimento educacional, parte de uma boa gestão, pois a mesma contribui facilitando essas ações em conjunto, direcionando a cooperação estimulando a participação de todos envolvidos neste processo na solução de problemas e fornece a transmissão de conhecimentos. A respeito disso o autor aborda que: “O papel do gerente durante essa transformação passa do de controlador ou diretor para o facilitador que educa, aconselha, delega poderes, estimula novas aptidões e apoia os funcionários. De fato, convida à implantação na escola de nova cultura gerencial”.

Por este motivo requer uma análise de como está sendo a gestão nas escolas, no sentido de observar se está sendo participativa ou hierarquizada, se está havendo democracia ou não. Já que todo esse processo terá um enorme impacto futuramente na educação.

Em relação a organização e melhoria das escolas o espaço físico da escola não é fruto de uma visão neutra, mas é determinada cultura e o conhecimento daqueles que o projetam, sendo assim um ponto importante da qualidade da educação, na arquitetura dos espaços físicos deve se observar as características sociais da região como o clima, o entorno, as condições de espaço e de localização, e tamanho do terreno da escola, pois o terreno deve ficar na parte mais acessível do bairro ou zona em que a escola vai servir, para que facilite o acesso dos alunos, combinar que esteja em rua de pouco movimento de carros, ônibus e caminhões, afastado de fábricas, mercados, feiras, hospitais ou outros ambientes que produzam muito barulho os quais são prejudiciais a concentração dos alunos, para que o resultado final seja satisfatório para um todo, é importante que se faça presente nessa elaboração do projeto e na sua execução vários profissionais, como arquitetos, pedagogos, administradores, e outros justamente para aprimorar levando em conta a visão destes profissionais. De acordo com autor SEBASTIANI (2009: 19):

Não se pode apenas considerar os aspectos da construção mais também a organização interna dos espaços, como moveis, tapetes, sofás, materiais didáticos, brinquedos e etc. Deve se ter em vista o equilíbrio entre “cheio e vazio” evitando espaços lotados e inviáveis, ou espaços muito vazios, anônimos, privados de estimulação e de referências. No espaço externo, deve se levar em conta a promoção de experiências e de satisfazer as diferentes exigências das crianças, considerando as condições para o movimento, a exploração, a concentração, as diversas modalidades de agregação e socialização.

Os fatos acima citados indicam que o aspecto interno da construção também deve ser levado em conto para a organização dos espaços e para novas experiências, e um melhor aproveitamento e exploração das crianças, assim como os moveis para que as mesmas possam se locomover com segurança para uma melhor socialização neste ambiente escolar.

As salas de aulas devem ter o comprimento retangular 5x7 para que comporte 35 alunos sendo que a lei estabelece um metro quadrado para cada aluno, pintada com cores claras para que reflitam de maneira excessiva a luz para que não venha prejudicar o aluno, entre as dependências mais comuns mais necessárias podemos citar as instalações sanitárias, salas da administração e dos professores biblioteca ou sala de estudos, pátio coberto e quadras esportivas. Complementa o autor PILETTI (2009: 149):

Nenhuma escola funciona só com uma boa vontade e dedicação de administradores, professores e alunos. As obrigações do governo vão muito além de fazer leis, construir prédios e pagar professores, o que, aliais, estão fazendo muito mal e de maneira insuficiente. Tanto a aprendizagem quanto o desenvolvimento integral dos alunos dependem de uma série de recursos materiais, sem o que a escola continuará as desigualdades sociais. Cabe a cada comunidade organiza-se para exigir das autoridades públicas o cumprimento de suas responsabilidades, no sentido de fornecer as escolas os recursos indispensáveis ao seu bom funcionamento.

Contudo fica claro que para uma boa escola funcionar não basta apenas boa vontade, mas também dedicação por parte dos administradores e dos professores que ali estão, participando arduamente do processo de ensino, e que cabe realmente a comunidade como um todo cobrar dos governantes as responsabilidades que lhes delegam, para que possa assim fornecer subsídios adequados para que ocorra uma educação de qualidade a qual e estipulada por lei que aconteça.

1.3.3 Elevação do Índice de Aprendizagem dos Alunos

Os países em desenvolvimento estão longe dos países desenvolvidos em termos de indicadores que medem a qualidade da educação, como a escolaridade média da população e taxas de matriculas nos diferentes níveis de ensino. Onde os resultados de exames internacionais atualizados mostram que são apavorantes quando se fala de qualidade da educação, quadro esse que tem por objetivo elevar

o nível da aprendizagem dos alunos. Com isso vários países estão praticando programas de reformas a fim de contribuir para a melhoria desse quadro negativo na educação, até mesmo os países mais desenvolvidos estão adotando esses métodos e fazendo mudanças educacionais com este mesmo propósito. VELOSO (2009) afirma que:

Uma característica comum da iniciativa das reformas educacional é a introdução de incentivos associados ao desempenho dos alunos. Apesar da diversidade de experiências, três mecanismos institucionais geralmente estão presentes, de forma isolada ou em conjunto. Uma característica fundamental dessas políticas é que elas utilizam algum mecanismo de responsabilização (*accountability*) dos atores envolvidos no processo educacional pelos resultados. Outro elemento importante é a presença de competição entre escolas por recursos públicos. Por fim, em geral existe grau de descentralização e autonomia das escolas.

Com isso percebe-se que essa iniciativa só vem a favorecer neste processo de introdução e incentivo ao aluno para um melhor desenvolvimento educacional, onde havendo essas disputas entre as escolas como meio de apoio, os envolvidos com toda certeza terão mais responsabilidade e compreensão da importância de seu papel dentro da escola, fator esse que só tem a somar com a qualidade e desempenho de ambos. Outro fator importante é a avaliação dos resultados obtidos, que esse processo causou, percebendo os acumulados e conhecimentos sobre o que colabora ou não em políticas educacionais.

Outro elemento da política educacional para a qualidade do ensino, são os recursos financeiros, o governo nas últimas décadas vem investindo na educação, através de repasses diretos ou indiretos os quais estão previstos anualmente no orçamento da união. Esse investimento financeiro está ligado diretamente ao desenvolvimento do aluno, segundo VELOSO (2009:194):

Em comparação com os resultados para os Estados Unidos, pode-se observar que, de modo geral, em países em desenvolvimento uma das parcelas maiores dos estudos encontrados um efeito positivo dos insumos no desempenho dos alunos. De fato, é difícil esperar uma boa qualidade da educação quando faltam livros-texto, salas de aula ou professores.

Assim nota-se que a vários fatores determinantes para a qualidade da educação positivamente, e esses insumos refletem muito no desempenho dos alunos, pois corresponde em melhorias educacionais, como salas bem estruturadas, onde o ambiente escolar favorece muito no desempenho escolar do aluno, livros bons e

professores qualificados, sem esses fatores citados, fica complicado se chegar a uma definição e rendimento na qualidade final.

Sendo assim a participação docente tem parcela fundamental na elevação do Índice de aprendizagem dos alunos, pois a qualidade do professor é decisivo no nível de aprendizagem destes alunos, no entanto, a qualidade do professor envolve fatores de difícil mensuração, como questões de talento em lecionar, motivação, foco no aluno e principalmente interesse em testar novos métodos de ensino, dentre outros fatores de grande importância para o objetivo final que implica na qualidade da educação oferecida versus o aprendizado do aluno.

Esses resultados indicam que o processo de seleção e promoção de bons professores é algo complexo, e que simplesmente aumenta a quantidade de recursos nas escolas dentro do marco institucional vigente tem poucas chances de melhorar a qualidade do ensino. É preciso reformar a estrutura de incentivos que permeia o sistema educacional, de modo a fazer com que os autores envolvidos e, em particular, os professores sejam induzidos a direcionar suas ações para a obtenção de melhores resultados. (VELOSO, 2009: 194).

Diante do exposto é válido lembrar que, esses resultados da seleção de bons professores é uma tarefa complicada mais que, define a qualidade dos recursos nas escolas, melhorando assim o rendimento educacional e a qualidade do ensino, facilitando assim a percepção de reformas no sentido de incentivos os quais circunda os autores envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem, no sistema educacional, como professores e aluno, mostrando seus atos, promovendo assim bons resultados. Pois o arranjo institucional no qual as escolas atuam tem impactos significativos na qualidade da educação.

1.3.4 Aproximação Família- Escola

A participação dos familiares dos educandos (pais/responsáveis) nas discussões e tomadas de decisões é uma condição fundamental na unidade de ensino, contribuindo com o processo de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico, dialogando sobre a realidade e prováveis mudanças, sugerindo ações e visando a melhoria contínua do processo de aprendizagem e de desenvolvimento do educando, na discussão do Plano de Ação e na elaboração,

execução e reformulação do Regimento Interno, que forma normas e regras a serem seguidas por todos os membros da comunidade.

Assim sendo a família pode participar de várias formas na escola na vida escolar do estudante, acompanhando os afazeres e trabalhos escolares do aluno, averiguar se o mesmo fez as atividades solicitadas pelo professor e ajudá-lo a desenvolver tais afazeres, frequentar a escola para verificar como esta esse aluno, para que assim possa obter informações sobre o dia e o assunto das matérias e provas e etc.

A família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (KALOUSTIAN, 1988: 22).

A Lei nº 9.394 da LDB, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de 20 de dezembro de 1996, determina no art. 2º da mencionada Lei dispõe o seguinte:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com a Lei citada acima, a educação é um dever da família assim como do estado, tendo como princípios a solidariedade humana e o desenvolvimento do alunado, para que esteja preparado para o exercício da cidadania, e apto ao mercado de trabalho, e estejam capazes as mudanças do mundo globalizadas que vivemos atualmente.

A sociedade tem passado por profundas mudanças nas últimas décadas, mudanças estas que tem afetado de forma fundamental a estrutura e equilíbrio das famílias. A escola também, ainda que de forma mais lenta e compassada, tem procurado se adaptar a essas mudanças, mas o que surge nos nossos dias é a interação entre ambas, promovendo uma maior eficiência na educação e ensino das crianças.

Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a escola instruí-lo, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência (OSORIO, 1996: 82).

Assim a escola como detentora do conhecimento científico tem que fornece e promover nessa relação, todo seu cabedal de conhecimento de forma que esse esforço leve em consideração os aspectos particulares da situação social e cultural hora vigente, e que influenciam de forma decisiva o equilíbrio familiar. Por sua vez as famílias, responsáveis pelo desenvolvimento social e psicológico de seus filhos, devem buscar a interação com a escola, promovendo, questionando, sugerindo e interagindo de forma a obter elementos que através de discussões e ampla comunicação com os educadores promovam as iniciativas que vão de encontro às necessidades dos educandos.

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades... (PIAGET, 1972, Apud, JARDIM, 2006: 50).

Desta forma se faz necessária esta ligação entre ambos família e escola, para que haja interação de tudo que se passa com o educando tanto, já que o termo educação está em todos os lugares, em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de forma a envolver muitas partes de nossa vida com a educação. Segundo FERREIRA (2002), educação é o “[...] processos de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”. O que o ser humano adquiriu em meio a uma sociedade, é a educação que ali é cultivada. É um processo contínuo que orienta e dirige o indivíduo a novas descobertas a fim de tomar suas próprias decisões, dentro de suas capacidades.

O ensino escolar não é a sua única prática e o professor não é o seu único praticante. Outros lugares e influentes também podem ser proeminentes na dimensão educacional, pela intensidade de sua atuação, como ocorre com a família, ainda que neste século ela tenha mudado muito em seus arranjos, nas relações internas de autoridade e nas suas funções econômicas.

Contudo percebemos a grande importância da participação que a família na escola, para que ambas interajam para que se construam juntas cidadãos, éticos e de valores prescindíveis para a sociedade a qual está inserida (JARDIM, 2006).

2 A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 ABORDAGENS SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO

De acordo com DOURADO (2007: 8), os estudos sobre a Qualidade da Educação revelam que uma educação de Qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é efeito de uma construção de sujeitos comprometidos pedagógica, técnica e politicamente neste processo educativo, em que meça, muitas vezes, as condições objetivas de ensino as desigualdades de origem socioeconômicas e culturais que os alunos estão inseridos, como também a desvalorização profissional. Onde significa dizer que não só os fatores e os insumos indispensáveis sejam determinantes, mas que todos os envolvidos na educação assim como os alunos e pais, participantes, são de fundamental importância para a produção de uma escola de qualidade ou escola que apresenta resultados positivos em termos de aprendizagem. Neste sentido o autor aborda que:

A definição de quais devem ser os padrões de qualidade de ensino, em termos de variedade e de quantidades mínimas, por aluno-ano, de insumos imprescindíveis ao processo de ensino e de aprendizagem, apontam para a necessária concretização das condições de realização do trabalho pedagógico, que vem sendo pesquisado e informado criticamente por professores, gestores dos sistemas educativos e educadores, em geral, para melhorar ou garantir um padrão de qualidade de ensino, embora não se possam desconhecer as dificuldades para o estabelecimento de um único padrão básico em termos do custo aluno-qualidade. (DOURADO, 2007: 9)

É válido lembrar que vivemos em uma geração que diariamente se depara com inúmeras informações e mudanças numa velocidade incrível, sendo que nossas crianças fazem parte deste novo paradigma de sociedade. Nesta perspectiva, é fundamental que a educação busque estratégias desde a Educação que contribuam para a formação de um cidadão autônomo, comprometido, crítico e participativo e isso se torna possível por meio de propostas pedagógicas, na qual a criança aprende no processo de produzir, de levantar dúvidas, de pesquisar e de criar relações, que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento para que haja essa qualidade no ensino. Conforme assinalado:

O desafio à educação e qualidade está em conferir ao termo uma dimensão histórico-social e, portanto, inclusiva. Nessa direção, 'pensa a qualidade social da educação implica assegurar um processo pedagógico pautado pela eficiência, eficácia e efetividade social, de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos' articulação à melhoria das condições devida e de formação da população. (DOURADO, 2007: 940)

No entanto, sabe-se que é de suma importância ampliar horizontes, avaliar verdadeiramente a formação da criança como sujeito histórico participativo. Mas, para isso se faz necessário que cada vez mais investir na formação sociocultural das pessoas envolvidas com a educação, para que assim se possa se chegar ao termo da qualidade do ensino acredita-se que para isso são necessários recursos físicos e materiais, ampliar-se e torna acessível às crianças que não as tem e àquelas que vivem à margem da sociedade, sofrendo abandono, maus tratos e exploração. Segundo o Ministério da Educação (MEC/SEB, 2005)

O governo federal vem investindo na educação básica, tendo a qualidade como parâmetro de suas diretrizes, metas e ações e conferindo a essa qualidade uma dimensão sócia histórica e, portanto, inclusiva. Nesse sentido, o Ministério assume o compromisso com a qualidade social da educação, o que implica assegurar-lhe eficiência, eficácia e efetividade social, de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos e, desse modo, com a melhoria das condições de vida e de formação da população.

De tal modo, o MEC compreende a qualidade como parâmetros para investir na educação para realizar suas ações e traçar metas a serem alcançadas, os quais envolvam extensão sócia histórica para que venha a contribuir de forma eficaz na formação da população refletindo de forma positiva na qualidade do ensino. Assim a batalha ao fracasso escolar estabelece medidas não só para o ingresso e a permanência, mas promove também ações que possam reverter à situação de baixa qualidade da aprendizagem na educação básica, o que implica, por um lado, identificar de onde vem o problema e, por outro, refletir também na construção de estratégias que possam mudar esse quadro. Nesse panorama, é fundamental que a ação avaliativa aconteça de forma que a realidade venha a ser conhecida e as ações postas sejam abertas nesse fato.

A qualidade da educação de primeiro grau em um país deve ser apreciada a partir do aprendizado de todas as crianças. Melhorar a qualidade da educação de primeiro grau implica, portanto, em garantir que um maior número de crianças complete o primeiro grau chegando a dominar aquilo que foi ensinado (LOCKHEED E VERPOOR, 1991: 16).

Com tudo se compreende que para acontecer um ensino de qualidade de primeiro grau, e preciso olhar para o fato como um todo, se esta por sua vez está alcançando todas as crianças, e se as mesmas forem capazes de assimilar tudo que lhes foi repassado no processo do ensino, e esteja exercendo de forma eficaz todo o aprendizado que lhes foi passado.

2.2 A QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS ATUAIS DIANTE DAS ESTATISTICOS DO GOVERNO FEDERAL.

O termo fundamental de acordo com o dicionário, significa: de acordo com o dicionário serve de fundamento; base; básico; indispensável (Houaiss: 358). Em referência ao campo educacional, ou seja, o fundamental e à segunda etapa do ensino da educação básica, onde nela estão incluídas crianças a partir dos seis anos de idade, adolescentes até 14 anos conforme a (LEI 11.274/2006) e adultos os quais não concluíram que não concluíram na idade certa.

O ensino fundamental e uma etapa muito importante com para a criança e o adolescente, com duração de nove anos, pois e neste período que ficam a maior parte do tempo das etapas de ensino, onde a criança entra com 6 anos no primeiro ano e compreendendo desde a alfabetização até a ingresso ao ensino médio. Por esse motivo esta etapa e de grande importância, e definida constitucionalmente, a obrigatoriedade da frequência mínima e de sua oferta gratuita pelo poder público sendo está de responsabilidade do estado de forma compartilhada com suas municípios e do Distrito Federal, aceita socialmente por todos cidadãos brasileiros.

Se faz necessário a entrada da criança ao ensino fundamental aos 6 anos de idade para que curse assim o 1ª ano para que esteja alfabetizada até o 3º ano, onde todos os estudantes devem aprender o que e ensinado a cada serie no tempo adequado, para que possa concluir na idade certa o ensino fundamental de nove anos. Mais o que percebemos hoje a realidade escolar de várias crianças e outra, diante disso:

A realidade, entretanto, está distante disso, apesar de importantes progressos recentes. Apesar de se ter uma taxa de atendimentos escolar de 95,5% na faixa de dos 7 aos 14 anos e, entre as crianças de 7 anos,

95% já estarem no ensino fundamental, os indicadores de fluxo e de desempenho escolar ainda são preocupantes (VELOSO et al, 2009: 118).

A qualidade educativa seria o resultado da presença de determinadas questões que intervêm na escolaridade considerando alguns fatores primordiais para esta melhoria acontecer e possa ocorrer um efeito positivo como as bibliotecas, tempo de instrução tarefas de casa, livros didáticos, conhecimentos do professor, salário do professor, laboratórios, assim como experiências do professor e o tamanho da classe em fim entre outros elementos indispensáveis para um bom funcionamento. Neste ponto de vista o BM (Banco Nacional) desses pontos, decorre suas conclusões e indicações aos países em desenvolvimentos sobre os insumos a priorizar em termos de políticas e alocação de recursos e especificamente entre três deles:

- (a) aumentar o tempo de instrução, através da prolongação do ano escolar, da flexibilidade e adequação dos horários, e da atribuição de tarefas de casa;
- (b) proporcionar livros didáticos, visto como a expressão operativa do currículo e contando com eles como compensadores dos baixos níveis de formação docente. Recomenda aos países que capacitem os professores na sua utilização, além de guias didáticos para estes últimos; e
- (c) melhorar o conhecimento dos professores (privilegiando a capacitação em serviço sobre a formação inicial e estimulando as modalidades a distância (TOMMASI, WARDE e HADDAD, 1996: 134 e 135).

Assim percebe-se que o Banco Mundial discorre que a qualidade do ensino vem se desenvolver através de alguns itens básicos e específicos, e para que aja esse financiamento por sua parte alguns recursos por parte do governo tem que serem cobrados, ou seja, colocados em práticas, como exigências de suas ações, onde o mesmo venha propor ao governo, que possa está disponibilizando mais recursos didáticos ao seus alunos, que capacitem cada vez mais os professores até com modalidades a distância, tudo em prol de uma educação de mais qualidade.

2.3 AS POLITICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS A QUALIDADE DO ENSINO.

A seguir apresentam-se as principais politicas educacionais voltadas para a qualidade do ensino no Brasil nas ultimas décadas.

2.3.1 IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

A qualidade da Educação no Brasil é uma tarefa árdua e gradativa, pois se trata de uma temática que apresenta grandes preocupações não somente no Brasil, mas mundialmente, por se tratar de uma questão de grande relevância para a sociedade em geral, visando essa problemática o Governo Federal criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) o mesmo foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação com o intuito de medir a qualidade de ensino nas Escolas Públicas.

O IDEB é calculado a cada dois anos e exibido numa escala de 0 a 10. Esse método tornou-se um dos principais indicadores da qualidade do Ensino com duas importantes considerações, sendo uma a aprovação escolar e a outra o aprendizado nas disciplinas de português e matemática. O mesmo une os resultados das avaliações do Inep visando a possibilidade de resultados sintéticos, assimiláveis e que traçam metas de qualidade educacional, O Ministério da Educação implantou a média 6, como principal finalidade para ser alcançado no país até 2021, para alcançar os níveis dos países mais desenvolvidos. Os resultados são também são divulgados a cada dois anos.

Por meios desses indicadores, a pretensão é de assegurar determinado referencial de qualidade educacional, sobre o qual o próprio Estado estabelece um quadro referencial. Nessa direção, a avaliação é alcançada à condição de instrumento de gestão educacional sendo tomada pelas políticas educacionais como “uma estratégia capaz de propiciar o alcance dos objetivos de melhoria da eficiência e da qualidade da educação” (SOUSA 2003 Apud NARDI ,SCHNEIDER).

Os autores enfatizam sobre a importância que o indicador tem para a melhoria da qualidade do ensino, como o IDEB através de políticas públicas, pois a mesma faz uma análise de forma abrangente como anda o ensino brasileiro e de que forma está acontecendo a gestão educacional envolvida nesse ensino, e consequentemente traçar estratégias direcionadas a esse foco.

Tendo em vista que o IDEB tem como meta alcançar o sucesso no cumprimento das finalidades ao Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, linha do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que vem enfatizando na educação básica. Através das informações

enviadas pelas escolas e redes, e as respectivas médias nas avaliações do Inep, onde o mesmo é obtido no Censo Escolar. Os Indicadores Educacionais como o IDEB são almejáveis no sentido de apresentar acesso fácil e o controle do sistema de ensino do país através de alguns eixos envolvendo as seguintes divisões como, por exemplo, a taxa de analfabetismo e níveis de urbanização, escolaridade da população, renda per capita entre outros fatores de grande relevância para essa diagnose.

É importante fazer a análise e focar na melhoria do sistema educacional pois através dela pode-se detectar as escolas em que os alunos apresentam níveis baixos de rendimento e suas competências, possibilitando também o Controle e o desempenho dos alunos nessas escolas

2.3.2 SAEB e Provinha Brasil

O grande desafio da educação Brasileira no ano de 1990 era garantir que todas as crianças em idade escolar frequentassem as salas de aula. Com esse objetivo alcançado, foi criado ainda no mesmo ano o Sistema Nacional de Avaliação da educação básica (SAEB), sendo a primeira ação proveniente do governo, no que se refere ao campo Nacional. Sua primeira aplicação aconteceu neste mesmo ano nas séries do 1ª, 3ª, 5ª e 7ª do Ensino Fundamental, onde os alunos foram avaliados nas disciplinas de português, matemática e ciências, e ocorreu desta forma até o ano de 1993.

Já no ano de 1995 foi pensado em uma outra estratégia de se aplicar a prova e desta forma foi elaborado um novo formato de aplicação da mesma, passando a ser apenas na 4ª e 8ª série do ensino Fundamental os quais correspondem ao 5º e 9º atualmente e também ao 3º ano do ensino médio, denominando assim a Teoria de Resposta ao Item (TRI), pois dessa forma ficaria mais viável a comparação das avaliações realizadas.

Já nos anos de 1990 a 2003 a realização da mesma se deu apenas para algumas escolas de forma amostral, onde os resultados foram somente para a unidade da Federação, região e Brasil. Esse processo avaliativo de cunho indicador da qualidade do ensino realizado pelo SAEB tinha como propósito medir os saberes educacionais e ter o acompanhamento evolutivo dos alunos, levando em conta os

diversos fatores associados à qualidade e à efetividade do ensino ministrado nas escolas. E a partir desta iniciativa foi possível conhecer amplamente o Sistema Educacional Brasileiro, se dava através de questionários socioeconômicos aos alunos, professores e diretores, envolvendo escolas públicas e privadas, fornecendo informações favoráveis sobre a qualidade da educação, abrangendo várias regiões dos estados. A cerca dos fatos acima citados a autora OLIVEIRA faz uma abordagem significativa:

Durante cada aplicação os dados coletados permitiram montar um quadro sobre a evolução do desempenho do sistema educacional e dos diversos fatores incidentes na qualidade do ensino. Dessa maneira, as autoridades públicas puderam monitorar as políticas públicas educacionais e definir ações voltadas para a correção de deficiências detectadas (BRASIL, 2003 apud. OLIVEIRA, 2011:34)

De acordo com o autor, percebe-se que com os dados obtidos através do SAEB, aplicadas nas escolas, é possível ter uma visão geral do ensino aprendizagem dos alunos no sentido do desenvolvimento alcançados, a mesma enfatiza que desta maneira formar-se políticas públicas educacionais voltadas para as possíveis problemáticas encontradas e também algumas alternativas para elevar o sistema educacional.

Ao longo desse processo pode-se observar que os resultados já não estavam sendo suficiente ao decorrer de sua jornada, uma tarefa um tanto árdua, já que as escolas não se via representada nesse sistema, tornando-se um instrumento importante para o gestor da rede e do governo como meios de planejamento da educação no País.

Com isso, houve a necessidade de uma análise maior e mais detalhada do sistema de ensino, que estivesse ao alcance dos resultados desejados, oferecendo informações não apenas nacionais e por estado, mas também para cada município e escola que participasse desta avaliação.

Nessa perspectiva no ano de 2005 surgiu a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e também Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) a Prova Brasil, a qual foi reparada pela portaria de nº 931, de 21 de Marco do referido ano, e foi somente em 2007 pelo fato de apresentarem o mesmo método, passou a ser realizada em conjunto com o Saeb.

Através dessa avaliação é possível se analisar em que condições alcançaram se os resultados, pois o desenvolvimento dos alunos acontece por intermédio de vários fatores, os quais constituem em cada ciclo e apresentam uma estrutura variada em relação, como por exemplo, ao nível sócio-econômico-cultural dos mesmos, tornando-se assim importantes para atender a demanda dos gestores públicos, através do desempenho dos professores, e da aprendizagem dos alunos, bianualmente.

A Provinha Brasil é uma avaliação que vai diagnosticar o desenvolvimento em relação à alfabetização e letramento, que serve também como um dos indicadores da qualidade educação Brasileira, se dar em períodos diferentes permitindo um diagnóstico mais apropriado. Assim os autores enfatizam que:

Para cada unidade participante da Prova Brasil é calculada uma média da proficiência dos estudantes participantes da referida avaliação. Essa média é expressa em uma escala de 0 a 500. A escala de proficiência encerra o conjunto de habilidades requeridas dos alunos em determinada etapa de escolarização. A pontuação atribuída a uma instituição escolar, denominada média de desempenho ou proficiência, representa o desempenho médio alcançado pelo grupo de alunos nas habilidades avaliadas. Para o MEC, a identificação dos itens que os alunos de determinadas proficiências acertaram na Prova Brasil permite compreender quais seriam as fragilidades que deveriam ser superadas. (BRASIL, p.13 apud NARDI, SCHNEIDE, 201594).

Os autores destacam como se dá esse processo da Provinha Brasil, as formas de que forma e calculada essa nota, deixa visível a importância das escolas participantes estarem para que se possa diagnosticar onde esta as falhas e de que forma pode ser corrigida, pois a partir das informações da Prova Brasil, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país.

Essa avaliação acontece através de testes de Língua Portuguesa e Matemática, a mesma permite aos professores mais informações que ajudam a definir ações voltadas ao aperfeiçoamento e o desenvolvimento das crianças e consequentemente da qualidade da educação no país. A autora aborda ainda em relação a Provinha Brasil que:

A Anresc (Prova Brasil) foi idealizada para atender a demanda dos gestores públicos, educadores, pesquisadores e da sociedade em geral por informações sobre o ensino oferecido em cada município e escola. O objetivo da avaliação é auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a

comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino. (BONAMINO, 2002)

A autora deixa claro ainda que a Prova Brasil, porém, não é somente avaliar o aluno em questão, mas também empregar os resultados adquiridos para promover uma análise da situação de como anda o ensino Brasileiro, tendo em vista que os dados coletados nas provas realizados pelos alunos são utilizados para computar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), chegando às escolas esses indicativos em tempo suficiente para os próximos ciclos avaliativos.

De acordo com a citação, nota-se que a Prova Brasil, foi planejada na intenção de suprir as pendências educacionais detectadas pelo sistema, a qual foi aplicada em 2015 pelo INEP no mês de novembro e Dezembro, sendo avaliados cerca de 4,5 milhões de estudantes em todo o Brasil, marcando uma nova fase para a educação, pois com ela torna-se possível rever de forma detalhada como está sendo absorvida a educação dos envolvidos e sua respectiva qualidade, oferecendo base e subsídios para que possa se realizar novas políticas públicas a partir dos resultados. Além disso, a Prova Brasil tem outro papel que é o de orientar nas decisões administrativas e pedagógicas nas escolas, auxiliando os educadores no sentido de rever suas técnicas de ensino em busca de que ocorram melhorias na aprendizagem dos alunos.

2.3.3 Prova Ana

No decorrer da História das políticas educacionais no Brasil observou-se a necessidade de se buscar cada vez mais um bom ensino, a fim de se obter padrões mínimos de qualidade, dessa forma o governo em mais uma investida, inovou para medir esse quesito em conjunto com a SAEB em 2013, com a divulgação da portaria nº 482, de 7 de julho de 2013 elaborou a prova ANA a qual veio como indicador desse tão sonhado ensino de qualidade.

De acordo com o INEP (2011), a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) é uma prova formuladas para os estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental que verifica de forma extensa o nível de conhecimento dos alunos até 8 anos de idade, voltada a alfabetização, onde a mesma é aplicada anualmente, com ênfase no letramento, língua portuguesa e matemática. A mesma serve como uma ferramenta

utilizada pelo MEC para acompanhar a eficiência do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Amparado pela portaria nº867, de 4 de julho de 2012, assumido pelos Governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios, mas somente em 2013 que a prova foi aplicada pela primeira, garantindo assim que todas as crianças possam estar alfabetizadas, até o fim do período. Vale lembrar que os resultados mostrarão o que pode ser feito para contribuir de forma eficaz no processo de Alfabetização das escolas públicas brasileiras, tendo em vista que mostrara o desempenho dos alunos usando instrumentos variados, analisando de forma coerente o nível de escolaridades dos mesmos. A respeito disso BRASIL- ANA (2013; 20) reafirma que:

(...) pretende fazer um diagnóstico amplo do processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras, compreende-se que é necessário ir além de testar a aquisição de saberes pelas crianças nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática ao longo do Ciclo de Alfabetização. Espera-se avaliar aspectos de contexto que envolvam a gestão escolar, a infraestrutura, a formação docente e a organização do trabalho pedagógico, entendidos como aspectos intervenientes no processo de aprendizagem.

O autor enfatiza que essa avaliação, tem como propósito avaliar não somente os alunos, mas também fazer um diagnóstico mais holístico de todo o processo educacional envolvido, bem como as metodologias adotadas pelos docentes, a formação dos mesmos, a infraestrutura, gestão escolar entre outros fatores derivados do processo educacional.

Através desses procedimentos as redes de ensino e o governo terão acesso as informações as quais serão divulgadas por nível de aprendizado, é através desses dados que se torna viável a elaboração de melhorias para as ações educacionais, compreende-se ainda que todos esses aspectos influenciam direta ou indiretamente no desenvolvimento dos alunos. Uma vez que a Avaliação Nacional da Alfabetização serve como assessoramento do MEC sendo censitária e consequentemente contribuirá para o desenvolvimento dos alunos para que possam ser alfabetizados na idade certa como previsto pelo PNAIC.

Essa avaliação não é empregada como instrumento prático para se obter o Índice de Desenvolvimento Educação Básica (IDEB), pois a mesma serve somente como uma análise do desenvolvimento alcançado das crianças no ciclo de

alfabetização. Serve, portanto, para estabelecer a definição de políticas públicas e averiguar as condições das instituições as quais estão envolvidas nesse processo.

2.3.4 PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi criado em 2012 tendo como seu principal foco garantir que todas as crianças até oito anos de idade estivessem devidamente alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental. Para o desenvolvimento desse programa acontecer, o governo investiu na formação continuada de professores, para garantir a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.

Essa é a meta estabelecida pelo PNAIC, levando em consideração a grande participação dos Estados, dos Municípios e da União. O Pacto nada mais é que uma política de seguimentos fornecido pelo Governo Brasileiro para fortalecer o processo de formação dos educadores, já existiram anteriormente alguns programas com o mesmo intuito dentre eles o Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação, que teve o início em 2005 e o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), criado pelo MEC em 2011 que tinha como principal finalidade orientar as ações educativas de alfabetização na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dando continuidade ao desenvolvimento educacional surgiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que teve como investimento inicial do Ministério da Educação (MEC) um orçamento equivalente ao total de R\$ 3,3 bilhões para financiar o programa. Programa este que acontece anualmente.

Na história do Brasil, temos vivenciado a dura realidade de identificar que muitas crianças têm concluído sua escolarização sem estarem plenamente alfabetizadas. Assim, este Pacto surge como uma luta para garantir o direito de alfabetização plena a meninas e meninos, até o 3º ano do ciclo de alfabetização. Busca-se, para tal, contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores. Este Pacto é constituído por um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas a serem disponibilizados pelo MEC, tendo como eixo principal a formação continuada de professores alfabetizadores. (MEC, SEB, 2014).

Diante do exposto percebe-se que a realidade brasileira de muitas crianças é de grande contradição, pelo fato de terem concluído a fase educacional no sistema de ensino, mais não estão bem alfabetizadas, no sentido de que muitos alunos não

desenvolvem com êxito as principais habilidades previstas nos parâmetros curriculares nacionais do ensino, como o ato de ler, interpretar e as ações de matemática.

Diante dessa problemática o governo procurou aprimorar esse sistema por meio de programas como o PNAIC, fazendo-se necessário também a formação de professores para que possam estar habilitados para atender essa nova carência do ensino, além de subsídios para que o programa aconteça de forma positiva e eficaz, trazendo resultados favoráveis para ambas as partes. O objetivo do MEC, segundo Santos nd:

É que 100% das crianças brasileiras estejam plenamente alfabetizadas. “E não estamos falando de apenas saber ler e escrever, mas também de saber interpretar textos e fazer contas”, afirmou. “Para isso, o trabalho irá além do governo. É preciso criar um pacto entre sociedade, família, escola e governantes. “Mais de 5.300 municípios brasileiros aderiram ao PNAIC. Já em dezembro do ano passado, uma parte destas cidades começaram as ações do pacto. “A ideia é que os estados brasileiros deem o apoio necessário aos seus municípios, especialmente os que têm mais dificuldade”

Esse programa do governo vem para colaborar na formulação de políticas públicas de forma necessária e bem mais detalhada, diante disso o Pacto desenvolveu quatro eixos importantes para aplicação desse processo, o qual que se fazem indispensáveis para o acontecimento do mesmo, que é a avaliação estendendo a um procedimento onde os professores e o poder público visualizam os efeitos e os resultados do Pacto nas escolas.

É através dessa Avaliação que poderão obter as possíveis soluções, a fim de corrigir as respectivas problemáticas. Em seguida o eixo do Processo de Formação para os Professores Alfabetizadores onde é realizado um curso com permanência de dois anos para os professores, ministrados pelos orientadores e educadores que fazem um curso específico, que tem o total de 200 horas por ano.

Outro eixo é o controle social, gestão, mobilização que é um sistema de monitoramento e gestão, com a finalidade de garantir a prática das etapas do Pacto, existem dois Sistema de Monitoramento (SISPACTO), e o outro é o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), que ambos permitem acompanhar constantemente os envolvidos com o PNAIC. E o último eixo é a disponibilização de materiais didáticos como dicionários, obras complementares,

livros, jogos educacionais entre outros, para que o docente possa utilizar juntamente com o aluno.

Percebe-se que o papel do professor alfabetizador é essencial no âmbito escolar o mesmo irá reproduzir não apenas as metodologias e técnicas de ensino. Esse profissional deve ser visto como um formador de opiniões, que está sempre em busca de conhecimento, de mudanças e formação, não só na área de linguagem, mas em todas as áreas do conhecimento que possibilitem o desenvolvimento desse processo de alfabetização.

3 A QUALIDADE DO ENSINO PUBLICO DAS ESCOLAS DE ITAITUBA-PA: OLHARES DE TRÊS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS PESQUISADAS

3.1.1 Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros

Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros a mesma está situada na Av. Riomar Tapajós Virgulino Lages (23ª rua), Bairro Bom Remédio, nesta cidade de Itaituba - Pará. Fundada no dia 21 de setembro de 1981, na gestão do então Prefeito, Altamiro Raimundo da Silva, com o nome de Escola Municipal de 1º Grau “Antônio Gonzaga Barros”. A escolha do nome da escola ocorreu pelo desejo em homenagear ao ex-Vereador Sr. Antônio Gonzaga Barros, autarquia que prestou grandes serviços para o Município de Itaituba.

A Instituição Educacional tem como filosofia “A formação do educando em seus aspectos físico, intelectual e cultural, de forma harmônica e crítica, considerando sempre uma realidade socioeconômico e cultural, suas reais necessidades e interesses, garantindo assim, a apropriação do conhecimento, que assegura ao educando uma participação político social mais efetiva na sociedade”.

A Instituição de Ensino iniciou atividades educativas, no ano de 1981, contendo 02 (duas) salas de aulas, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) cozinha e 01 (um) banheiro. A Escola atendia uma demanda de 245 (duzentos e quarenta e cinco) alunos, devidamente matriculados nos turnos: manhã, tarde e noite. Em virtude do crescimento da Comunidade, em 1988, sob a gestão da professora Rosirene Lopes Silva, houve a implantação dos cursos de 1º Grau na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e o 2º Grau Técnico em: Contabilidade, Administração e Habilitação ao Magistério.

No ano de 1995, a Escola estendeu suas atividades educativas aos alunos com necessidades especiais. Mas, foi a partir de 2001 que a Unidade de Ensino iniciou o Processo da Educação Inclusiva, que até a presente data vem sendo gradativamente desenvolvida. Por reconhecer a necessidade do convívio social e os

direitos subjetivos, a Escola “Antônio Gonzaga Barros” trabalha com a Inclusão dos alunos portadores de necessidades Especiais, nos anos do Ensino Fundamental.

Atualmente a Escola está sob a administração do Núcleo Administrativo, pelo biênio Agosto de 2015 a agosto de 2017, assim formado: Odeíze Miranda Hauzinger (Diretora), Adriana Rodrigues Ribeiro (Vice-Diretora) e Eliane Lemos (Vice-Diretora).

Além do Núcleo Administrativo atual a Escola se encontra composta por: 02 Técnicos Educacionais, 01 Secretária, 57 professores, 08 vigias educacionais, 03 merendeiras, 10 auxiliares de serviços gerais escolares, 07 assistentes de secretaria escolar, 01 apoio pedagógico.

Quanto ao número de alunos, o quadro discente está formado por 1485 (Um mil Quatrocentos e oitenta e cinco) alunos, distribuídos em 47 turmas, assim: Nos turnos manhã e tarde são 40 turmas atendendo alunos do Ensino Fundamental Regular de nove anos, do 1º ao 9º Ano, somadas a 01 turma de 4ª Etapa da Educação de Jovens e Adultos. No turno da noite são 07 turmas compostas por alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos). A extensão da Unidade de Ensino culmina com a 01 Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que atende alunos portadores de necessidades especiais.

Diante da exposição de dados, e considerando que a Instituição de Ensino é composta por um grande número de alunos e funcionários e, conseqüentemente famílias, os funcionários da E.M.E.F. “Antônio Gonzaga Barros” consideram que as atividades educativas terão que ser essencialmente pensadas e planejadas, motivo que os conduz juntamente com alunos e interessados à construção do Projeto Político Pedagógico com metas a serem alcançadas no período de dois anos.

Na E.M.E.F “Antônio Gonzaga Barros”, de acordo com o Planejamento Administrativo – Pedagógico, tanto o Projeto Político Pedagógico quanto o Plano de Ação, ambos são construídos a partir de temas eleitos, que são discutidos pela Comunidade interessada no evento, que acontece todo ano, denominado ESCART (Encontro de Servidores, Conselheiros, Amigos e Representantes de Turmas).

Quanto à arquitetura e primando pelo lema “Acesso e Permanência com Sucesso” hoje a Escola caminha para uma estrutura física apropriada para atender a educação inclusiva e deseja proporcionar, ainda mais, o bem-estar a todos que compõem este espaço de ensino escolar.

3.1.2 Escola Municipal de Ensino Fundamental Engenheiro Fernando Guilhon.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Engenheiro Fernando Guilhon, está situada na Avenida Governador Fernando Guilhon, (4ª Rua) Bairro Bela Vista. A mesma foi fundada em 04 de Outubro de 1976, na gestão do Governador Fernando Guilhon e do Prefeito Altamiro Raimundo da Silva. Em seu primeiro ano de funcionamento atendeu um contingente de 250 alunos do Ensino Fundamental.

A partir de então a escola passou por várias reformas e ampliações, para atender as necessidades educativas da comunidade local. Com o passar dos anos o número de alunos cresceu e logo surgiu a necessidade de aplicação do Ensino Fundamental para o Ensino Médio e passou a chamar-se Escola Estadual de 1º e 2º graus Engenheiro Fernando Guilhon, oferecendo o curso técnico em contabilidade e magistério. Devido ao processo de Municipalização em 1998 o Ensino Médio passou a ser competência do Estado e conseqüentemente escola passou a funcionar somente com a educação Infantil e Ensino Fundamental, passando assim a chamar-se Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Engenheiro Fernando Guilhon.

No ano de 2012 a direção da Escola juntamente com o Conselho Escolar inaugurou:

- ❖ A biblioteca Rosalina Menezes: despertando o habito e o gosto pela leitura.
- ❖ Sala Multifuncional: para os alunos da Educação Especial totalmente equipada e informatizada dando condições para o Ensino aprendizagem de qualidade
- ❖ Laboratório de ciências: por meio da pesquisa o aluno tem possibilidade de descobrir um mundo diferente, coisas novas e curiosidades.
- ❖ Banda Marcial Edenildo Cardoso.

Atualmente a escola possui (16) dezesseis salas de aulas funcionando nos turnos da manhã, tarde e noite. (01) sala de Multifuncional de apoio a Educação Especial equipada tecnologicamente e (01) Sala de professores totalmente equipada com acesso à internet, (01) Despensa (01) Sala de vídeo, (01) Área coberta, (01) tele _Centro, (01) Cozinha, (01) Biblioteca, (01) Sala de Coordenação Pedagógica e (04) Quatro Banheiro.

No ano de 2010 foram implantadas duas turmas com programas do Governo Federal, Se liga Brasil e Acelera Brasil, que tem como objetivo trabalhar a distorção

de idade. No 1º semestre de 2010 a Escola aderiu ao programa Mais Educação, que funciona entre os turnos da manhã e da tarde, com 525 Alunos, 24 oficinairos e 01 coordenadoras, distribuídos nas oficinas de letramento, teatro, dança, fanfarra, laboratório de informática e laboratório de ciências, com objetivo de elevar o IDEB.

A escola trabalha com o lema Educação se faz com respeito compromisso e coletividade, com isso vem aumentando. O corpo docente da Escola é composto por 73 professores, todos qualificados, 01 diretora Prof.^a Maria do Socorro de Moraes, 02 vice-diretoras Antônia Nelzete Santos Aguiar e Raimundo Sergio Castro, 01 secretaria Silene de Socorro Araújo de Oliveira, 02 técnicos Antônia Marilene Melo e Maria Lucia dos Santos, 39 funcionários de apoio totalizando 112 servidores distribuídos em três turnos. Ressalta-se que a Escola Engenheiro Fernando Guilhon, no ano de 2009 deu um salto de dois anos no IDEB, que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Neste ano de 2016 completara 40 anos, fazendo educação no município de Itaituba.

A Escola em parceria com o Conselho Escolar e Comunidade vem aumentando a cada dia seu patrimônio tanto material quanto humano, já que trabalha em prol de uma Educação de Qualidade.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Este estudo é bibliográfico, pois conta com um levantamento literário, pois busca como fonte de pesquisa, livros, revistas, utilizando o levantamento bibliográfico e posteriormente foi realizado a pesquisa de campo que ocorreu em duas Instituições do Município de Itaituba-Pará. A pesquisa bibliográfica segundo RUIZ:

É o conjunto dos livros escritos sobre determinado assunto, por autores conhecidos e identificados ou anônimos, pertencentes a correntes de pensamento diversas entre si, ao lado da evolução da humanidade. e a pesquisa bibliográfica consiste no exame desse manancial, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que assumimos como tema de pesquisa científica. (RUIZ, 2011:58)

Acreditando que dessa forma será possível alcançar os objetivos almejados. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, pois permite analisar as

dificuldades encontradas pelos profissionais da educação de Itaituba-PA do ensino fundamental para realizar uma educação de qualidade.

A pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa, pois procura a qualidade da pesquisa, buscando apontar problemas encontrados pelos profissionais da educação em proporcionar esta almejada educação de qualidade. A coleta de dados foi por meio de questionários tendo como sujeitos (10) dez professores de duas escolas do Ensino Fundamental de Itaituba-PA. O período da coleta de dados se deu nos meses de abril e maio de 2016.

3.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Foram entrevistados 10 professores do Ensino Fundamental, sendo que todos os entrevistados são formados nas licenciaturas plenas para ministrar aulas. Os mesmos estão distribuídos em gênero, sendo 3 masculino e 7 feminino com média de idade de 32 anos. Quanto ao tempo de trabalho na Instituição atual a média é de 7 anos. No entanto a maioria afirmou qual é o seu tempo de serviço na educação gira em torno de 5 a 15 anos de experiência.

Na primeira pergunta foi indagado: O que você entende por Ensino de Qualidade?

Prof.	RESPOSTAS
P1	Ensino de Qualidade é quando a escola se tem uma boa estrutura com professores qualificados, e com cursos de qualificações para os mestres.
P2	Um ensino que tenha ambiente adequado arejado e uma boa remuneração.
P3	Só pode acontecer quando o professor é valorizado, o ambiente equipado com materiais didáticos bons e alunos interessados em aprender, nesse espaço deverá acontecer um ensino de qualidade.
P4	Eu entendo que para se ter um ensino de qualidade o governo tem que investir nos salários dos professores, com salários dignos para esta função tão importante.
P5	Questão de ensino de qualidade é muito complicado, pois sabemos que o Brasil enfrenta uma guerra em relação a isso uma vez que falta pessoas qualificadas e locais adequados como escolas com boas estruturas.
P6	É o ensino que pode melhorar, transformar e dar oportunidade de mudança social.
P7	Quando uma instituição atende as expectativas da comunidade oferecendo uma qualidade que objetiva fazer com que realmente haja ensino/aprendizagem.
P8	É o ensino que faz com que o aluno possa verdadeiramente saber o que foi aprendido a sua permanência na escola, e que possa leva-lo ao sucesso ao longo de sua vida.
P9	Aquele que atende todas as necessidades (do ensino) educacionais para que se obtenha o objetivo maior que é a aprendizagem dos alunos, como: espaço físico adequado, acompanhamento técnico, pedagógico e psicopedagógico, palestras de motivação, sala de ciências equipada, laboratório de informática e etc.
P10	Qualidade de ensino é a melhor forma que o aluno tem de receber o conhecimento, onde os fatores internos e externos facilitem esse processo.

Quadro 01: O que você entende por Ensino de Qualidade?

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

De acordo com os profissionais da Educação percebe-se nas respostas uma variedade de questionamentos relacionados ao Ensino de Qualidade, onde uns afirmam que para se tiver uma boa qualidade no Ensino, necessita de uma boa remuneração para os profissionais, tendo em vista que este fato serve como desenvolvimento de aptidões para ambos envolvidos e para uma melhor produtividade.

Outro profissional afirma que o ideal seria que as Escolas tivessem uma estrutura adequada bem como laboratórios de informática, o ambiente equipado com materiais didáticos entre outros. Responderam também que a qualidade se aperfeiçoaria se o Governo dispusesse de mais investimentos financeiros, para a qualificação dos professores, logo que o mundo está sempre em constantes transformações, e tudo se modifica com grandes proporções e na educação não é diferente, e busca-se sempre o melhoramento.

Foi perguntado: De que forma é feito o planejamento das atividades pedagógicas da escola para alcançar a qualidade do ensino?

Prof.	RESPOSTAS
P1	O planejamento é feito semanalmente.
P2	É feita em um bom planejamento com várias fontes de material de apoio.
P3	Na escola que trabalho, fazemos o planejamento semanal de acordo com o nosso plano de ensino montado no início do ano letivo e é fichado pelos técnicos da escola.
P4	Alguns aspectos são indispensáveis no planejamento como: conhecimento da realidade, daquilo que se deseja alcançar, ou seja, planejar as principais necessidades que precisam ser trabalhadas, sondagem da realidade do foco do planejamento; definição dos objetivos; meios de recursos disponíveis para que consiga alcança-los.
P5	Como cheguei agora na escola, portanto, não tenho tanto conhecimento mais percebo que os outros assim como eu, temos grandes compromissos com nosso trabalho onde utilizamos para fazer planejamentos para assim melhorar o ensino.
P6	O planejamento é feito anualmente no período da semana pedagógica, logo após, os professores apresentam seus planejamentos.
P7	Em conjunto, sendo escola, pais e alunos, buscando sempre avaliar para melhorar seu ensino.
P8	É feito com objetivo de praticar uma ampla visão do conhecimento pedagógico para cada educando, sendo feito com a participação de todos os professores.
P9	Através de reuniões pedagógicas entre docentes, corpo técnico, direção e outros.
P10	O planejamento foi feito com todos os professores no qual decidimos a melhor forma de alcançar o melhor rendimento do aluno, para evitar a evasão do educando.

Quadro 02: De que forma é feito o Planejamento das atividades pedagógicas da escola para alcançar a qualidade do ensino?

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Ao ser indagado aos profissionais pesquisados a respeito de como é feito o Planejamento das atividades pedagógicas da escola, para que assim possa alcançar a qualidade do ensino, uns responderam que esse processo acontece

semanalmente em suas respectivas escolas, com diferentes fontes baseados no Plano de Ensino, fixados pelos técnicos da escola.

Outros afirmam que, alguns aspectos são imprescindíveis para a elaboração do planejamento, assim como conhecer a realidade dos educandos, para que se possam desenvolver estes planejamentos de acordo com o que se almeja alcançar, onde desta forma se faça uma diagnose das reais necessidades, que necessitam ser estudadas e desenvolvidas no âmbito escolar, e que tenham também recursos necessários e disponíveis para que consiga alcança-los os objetivos traçados com êxito.

Em seu ponto de vista quais são os maiores desafios da educação brasileira?

Prof.	RESPOSTAS
P1	O maior desafio é trabalhar com alunos que não mostram interesse na escola.
P2	A falta de valorização e indisciplina e a não colaboração dos familiares.
P3	Professores desvalorizados, mal remunerados, as escolas não possuem os recursos didáticos necessários para criar uma boa aula, algumas, nem carteiras para todos os alunos tem, num ambiente desses fazer educação é um grande desafio.
P4	Os maiores desafios são aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, e tantos outros.
P5	Ensinar os alunos hoje, é muito complicado uma vez que o professor não tem ajuda da família, pois ambas não andam lado a lado. E como terá bons resultados, então ensinar é um desafio que deve ser combatido junto escola e família.
P6	Ensinar os alunos a ler, não somente interpretar os sinais gráficos, pois, de cada quatro brasileiros que leem, dois são analfabetos funcionais. E uma outra consequência é a valorização do profissional da educação
P7	Ser sempre o principal foco dos que fazem parte desse sistema, sendo sempre discutido como alcançar as metas que já existem, nesse caso, melhorar ainda mais o ensino, a estrutura das escolas, buscar apoio com a comunidade e órgãos públicos.
P8	Evasão escolar e infraestruturas das escolas.
P9	Falta de apoio psicopedagógico, baixos salários, ambiente inadequado, falta de materiais e salas superlotadas.
P10	Os maiores desafios são a falta de interesse do governo em investir em educação, superlotações de turmas, os problemas psicológicos do aluno o qual a escola, precisaria de um psicólogo para fazer esse acompanhamento.

Quadro 03: Em seu ponto de vista quais são os maiores desafios da educação brasileira?

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Sobre os maiores desafios da educação brasileira de um modo geral, três dos profissionais responderam que um dos maiores desafios encontrado e a falta de valorização profissional fator esse de grande relevância para o desenvolvimento que se deseja alcançar no sistema educacional. Outros ressaltam que seja a indisciplina, onde muitos professores perdem muito tempo no seu horário escolar por conta de tal situação, a qual tem relevância por não terem o acompanhamento de família escola, problemática essa que vem sendo debatida a muito tempo. Outros enfatizam da

estrutura das escolas e a evasão escolar, sendo essa ocasionada por diversos fatores internos e externos no processo educacional.

Foi perguntado ainda: Quais os maiores desafios encontrados para uma educação de qualidade no município de Itaituba?

Prof.	RESPOSTAS
P1	Uma boa estrutura escolar, e curso com qualificações.
P2	A valorização dos trabalhadores da educação e condições de trabalho melhor.
P3	A valorização dos professores, ambiente adequado e etc.
P4	É a falta de apoio por parte dos nossos governantes.
P5	O maior problema é a falta do governo auxiliar as escolas em relação a merenda, escolas em boas condições, professores qualificados, mais apoio educacional e psicólogos para formar cidadãos de bem.
P6	Mais participação da família, valorização do profissional na educação e melhoria das estruturas das escolas.
P7	Não trabalhar de qualquer jeito, buscar novos métodos e um ensino diferenciado e de qualidade para alcançar suas metas.
P8	Escolas com grandes problemas de estruturas em seus prédios e transportes escolar.
P9	Salas superlotadas, sem acompanhamento da família; espaço físico inadequado; acompanhamento psicológico, entre outros.
P10	A falta de interesse e análise dos pais na educação dos filhos, falta de ajuda do governo e prefeitura para projetos e melhorias do espaço escolar.

Quadro 04: Quais os maiores desafios encontrados para uma educação de qualidade no município de Itaituba?

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Já trazendo para nossa realidade no Município de Itaituba Pará, em relação aos desafios encontrados para uma educação de qualidade, alguns dos entrevistados responderam que para um bom desenvolvimento escolar e um funcionamento satisfatório.

Se faz necessário o apoio e mais investimentos por parte do governo neste processo, de acordo com alguns dos profissionais entrevistados outro fator de grande relevância e a questão da super lotação das salas de aula, a qual precisa de melhorias para que tal problema não venha acarretar no processo de ensino e aprendizagem dos envolvidos e consequentemente na qualidades.

Vale ressaltar também o incomodo de alguns entrevistados pela falta de apoio e acompanhamento dos pais na escola, pois cada dia mais precisa-se da participação dos pais nas tomadas de decisões da mesma, para que juntos possam estar somando para o pleno desenvolvimento do aluno.

Qual a sua opinião sobre a qualificação dos professores na atualidade?

Prof.	RESPOSTAS
P1	Certo que para um ensino de qualidade precisa-se de uma boa formação educacional é o que o Brasil tenta fazer mais parece não ter dado tão certo.
P2	Os professores estão qualificados para trabalhar, só falta valorização.
P3	Devemos procurar nos qualificar, fazer bons cursos em nossa área, por nossa conta, pois o governo não dar nada para ninguém.
P4	A qualificação profissional é de suma importância. Tais qualificações contribuem para um bom andamento do campo educacional; o profissional passará através de formação continuada ter uma visão panorâmica da área em que atua.
P5	Mais cursos através da SEMED para melhoria dos profissionais de educação aprimorem seus conhecimentos e fiquem mais apaixonados por sua profissão.
P6	Um pouco melhor que duas décadas passadas, pois naquela época professores tinham ensino superior, hoje quase que em sua totalidade, os professores são graduados em suas respectivas áreas. E isso tem sido um avanço na educação.
P7	Nesse caso, os professores que atuam nessa área são todos formados e outros já tem outra graduação e buscam sempre mais curso para sua formação.
P8	Considero ótima, o que falta é apoio para que todos desenvolvam um ótimo trabalho em suas escolas.
P9	Atualmente os professores tem boa qualificação, pois todos estão atuando em suas especialidades.
P10	Os professores estão se capacitando cada vez mais, no entanto falta valorizar esses profissionais.

Quadro 05: Qual a sua opinião sobre a qualificação dos professores na atualidade?

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

De posse das informações coletadas nessa pergunta sobre a qualificação dos professores na atualidade, analisou-se que a maioria dos profissionais da Educação, afirmaram que já são qualificados para exercer suas funções, porém alguns recordaram que anos atrás havia poucos profissionais graduados nas respectivas áreas, percebe-se que atualmente os professores estão buscando cada vez mais essa qualificação tão almejada, tendo em vista que esse se tornou um requisito fundamental para a lotação dos mesmos nas Redes de Ensino do Município de Itaituba- Pará.

A valorização não ocorre somente financeiramente, trata-se também de ambiente adequado, reconhecimento pelo seu local de trabalho, pelo trabalho desenvolvido socialmente.

De que forma a melhoria das escolas pode influenciar para um ensino de qualidade?

Prof.	RESPOSTAS
P1	A família acompanhar concretamente seus filhos.
P2	Com a melhoria das escolas com certeza os alunos teriam um incentivo maior para estudar.
P3	Vamos trabalhar mais felizes e motivados num ambiente acolhedor, dessa forma ensinaremos melhor nossos alunos.
P4	Melhorando as escolas ajudaria sim, mas a grande parte da educação vem de casa.
P5	Em questão de ensino seria bom as escolas mais padronizadas, com laboratórios, profissionais qualificados e compromissados com a educação.
P6	Uma escola deve apresentar recursos didáticos e pedagógicos que contribua para a melhor qualidade de ensino desde que esses recursos sejam bem utilizados e planejados.
P7	De forma que as escolas tenham uma boa estrutura;
P8	Desenvolvendo um trabalho voltado para um ensino e aprendizado.
P9	De todas as formas possíveis, melhorar o processo ensino/aprendizagem do aluno, principalmente.
P10	Escolas estruturadas com ventilação, seguranças, acessibilidade, ambiente acolhedor para facilitar esse processo na Educação e melhor atendimento.

Quadro 06: De que forma a melhoria das escolas pode influenciar para um ensino de qualidade?
 Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Ao analisar as respostas sobre de que forma a melhoria das escolas pode influenciar para um ensino de qualidade, foram questionados diversos fatores dentre eles o acompanhamento dos pais como principal aliado do desenvolvimento escolar do aluno, foi citado também a respeito de melhorias das escolas, bem equipadas, realizar melhores planejamentos, palestras na escola como incentivos para os alunos e professores, melhores recursos didáticos e pedagógico para facilitar o processo de ensino aprendizagem.

Outro profissional ressaltou a importância das escolas bem estruturadas com ventilação, seguranças, acessibilidade, higiene tornando um ambiente mais acolhedor e participativo.

Diante das respostas obtidas percebe-se que não basta ter apenas profissionais qualificados para que aconteça o processo de ensino de qualidade, pois há necessidade de um trabalho mais amplo voltado para esses questionamentos estruturais da escola.

Foi indagado ainda aos professores sobre: Você considera importante a aproximação família- escola para um ensino de qualidade?

Prof.	RESPOSTAS
P1	Com certeza, não só é importante como necessário.
P2	Com certeza, a família é a base de qualquer um, não tem um bom profissional que não tenha uma família por traz.
P3	Sim. Precisamos da ajuda da família, no reforço em casa, nas tarefas que mandamos pelos alunos. Sozinhos, sem a ajuda da família, o trabalho será mais difícil.
P4	Sim. A família é um fator primordial para o filho ter um bom desenvolvimento no ambiente escolar. A família ao se comprometer com o acompanhamento dos filhos, ela passará a perceber os pontos positivos e negativos que envolve o campo educacional, e assim ficará conhecendo todos as normas da escola, ou seja, ficando ciente de tudo que acontece.
P5	Muito, pois se não tiver família e escola juntas, os alunos não vão conseguir almejar o que a escola oferece, porque a família tem um papel importante no comportamento social e se os mesmos não tiverem juntos não sai bons frutos.
P6	Sim. A família é a base de uma educação de qualidade.
P7	Sem dúvidas, sem essa parceria não tem como o ensino ser de qualidade.
P8	Considero de fundamental importância para o desenvolvimento da criança e do adolescente.
P9	Sim.
P10	Sim

Quadro 07: Você considera importante a aproximação família- escola para um ensino de qualidade?
 Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

De acordo com as respostas dos entrevistados todos foram unânimes em responder positivamente sobre a importância da aproximação família- escola para um ensino de qualidade. Tendo em vista que a família é a base da educação da criança, compondo um papel importante para formação do cidadão, vale ressaltar que sem a participação da família na escola o desenvolvimento ocorre de maneira lenta, dificultando a aprendizagem do aluno, pois é de conhecimento de todos que a educação se inicia no âmbito familiar. Com base nisso a LDB em seu artigo 1º enfatiza que:

A educação é um dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desta forma pautada por Lei fica claro o papel da família e sua respectiva importância para o pleno desenvolvimento do educando em várias esferas de sua vida.

Qual sua percepção sobre as Políticas Educacionais do Governo para um Ensino de Qualidade?

Prof.	RESPOSTAS
P1	Falta mais interesse da parte do governo.
P2	Se realmente os políticos pensassem mais na educação teríamos um ensino de primeiro mundo.
P3	Bonitas no papel, mas não são executadas de maneira correta.
P4	Valorização dos profissionais da educação. Sendo os mesmos, aprovados por todas as esferas governamentais.
P5	A questão seria respeitar e valorizar o educador, pois só assim terá uma qualidade no ensino, e assim todos serão beneficiados.
P6	São boas, o governo tem investido em novos cursos de graduação e formação continuada, porem esses cursos de formação devem se estender mais.
P7	As políticas educacionais já foram reformuladas e estão em constante mudança, nesse caso o que se espera é aplicar o que já foi previamente discutido.
P8	As políticas são boas só que tem que ser aplicado verdadeiramente em nossas escolas.
P9	As políticas educacionais para um ensino de qualidade são precárias, porem o PARFOR é uma medida interessante, pois proporciona formação aos professores, nas demais áreas, não vejo muitos projetos que realmente melhorem, mas existem outros: mais educação e etc.
P10	O governo nas últimas décadas tem investido consideravelmente no sistema educacional brasileiro como por exemplo: PNAIC, Ciências sem Fronteiras, a Lei do piso salarial, a Lei do PCCR, Bolsa família e etc.

Quadro 08: Qual sua percepção sobre as Políticas Educacionais do Governo para um Ensino de Qualidade?

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

A partir das informações coletadas sobre as Políticas Educacionais do Governo para um Ensino de Qualidade, alguns profissionais relataram que as mesmas já foram reformuladas e estão sempre em constantes mudanças, e que nesse caso o que se espera é que seja aplicado nas escolas, tudo o que já foi discutido, na teoria, para se obter o desenvolvimento do ensino com qualidade.

Alguns salientaram também que o governo nas últimas décadas tem investido consideravelmente no sistema educacional brasileiro como, por exemplo, temos o (PNAIC) Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, um compromisso afirmado pelo governo para que as crianças até, no máximo, 8 anos de idade estejam devidamente alfabetizadas, temos também o Ciências sem Fronteiras que estimula o intercâmbio de conhecimento, permitindo os estudantes brasileiros possam ir a outros países para estudar nos mais renomados centros de pesquisas. Um investimento no futuro do Brasil. Foi investido também na Lei do piso salarial que vem buscando a igualdade dos mesmos em relação aos outros Estados, como se manda a lei.

Assim como teve um investimento na Lei, como o PCCR - Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações o qual é um direito atribuído aos trabalhadores da educação. Temos também como forte investida do governo o programa

Bolsa família que serve como incentivo para que as crianças possam estar devidamente matriculas nas escolas, diminuindo o índice de analfabetismo no Brasil, dentre outro mais.

Qual a sua percepção sobre a qualidade da educação pública em nosso município?

Prof.	RESPOSTAS
P1	No nosso município falta interesse dos pais em estimular seus filhos na escola.
P2	Que os governantes se conscientizem que só eles podem fazer um ensino de qualidade.
P3	Péssimo, temos que ser valorizados, nossas salas não têm carteiras para todos os alunos, falta material didático para trabalhar melhor com nossos alunos, num ambiente assim fica difícil dar uma educação de qualidade, é ilusão dizer que é de qualidade.
P4	A qualidade de educação no município de Itaituba, não é boa. Falta apoio dos governantes.
P5	Pouco relevante pois está um tanto precária, ainda bem que os governantes estão buscando melhorias afim de melhorarias para o ensino.
P6	A educação pública é um grande desafio, pois a escola não pode selecionar seu público, aí entra diversos fatores que influenciam como: família, situação social, qualidade de vida...
P7	Que ela busque sempre melhorar pois a comunidade e todos sabem que a educação de qualidade é um direito.
P8	Ela tem melhorado nos últimos anos, mas ainda falta melhorar muito ainda.
P9	A educação pública anda a passos lentos. A nova portaria de lotação requer turmas com 35 ou 40 alunos. Dessa forma, houve uma regressão (anteriormente eram menos alunos) o que dificulta o trabalho do professor.
P10	Falta políticas públicas voltadas para melhorias estruturais e de apoio pedagógico

Quadro 09: Qual a sua percepção sobre a qualidade da educação pública em nosso município?

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Pautados nas respostas da percepção sobre a qualidade da educação pública em nosso município, percebeu-se que muitos dos entrevistados apresentaram insatisfação no que se desrespeita a mais apoio por parte do governo em relação a isso um deles relatam que para que se aconteça uma educação de qualidade tem que haver mais políticas que possam estar estimulando toda a comunidade envolvida nesse processo de ensino, bem como escolas devidamente estruturadas como, por exemplo, carteiras para todos, e salas com menos alunos pois isso dificulta o bom desempenho do professor em suas aulas, assim estar somando as expectativas de alunos e professores.

Outros profissionais enfatizaram ainda sobre quanto o município de Itaituba teve avançado com seus investimentos para uma educação básica de qualidade, e verdade que tem andado em passos lentos tendo em vista como meta outros estados e municípios brasileiros, tem melhorado muitos nos últimos anos, mas ainda se busca desenvolver cada vez mais nesse sentido, já que uma educação de qualidade é um direito constituído por Lei a todos os Cidadãos, como afirma na LBD quando afirma que a educação tem como direito padrões elevados de qualidade e possa ser transformadora da realidade no princípio fundamental que fala: “VII. Garantia de padrões de qualidade”. Tal fato de muita importância para o desenvolvimento positivo do nosso município do País como um todo.

Em sua visão o que seria necessário implementar no Sistema Educacional Brasileiro e Municipal para alcançar um Ensino de qualidade mais satisfatório.

Prof.	RESPOSTAS
P1	Algo que exigisse o acompanhamento dos pais na escola.
P2	Boa vontade dos governantes.
P3	O professor ser valorizado, o ambiente equipado com materiais didáticos, e alunos interessados em aprender.
P4	É de extrema importância para a sociedade que o país coloque a educação no topo das prioridades. Criar políticas educacionais para educação com seriedade. Ressalta-se que se essa iniciativa for realizada, a probabilidade de atingir um ensino de qualidade é grande.
P5	Mais vigor no ensino e aonde todos possam ser valorizados, mais profissionais qualificados, pais mais responsáveis e compromissados com a educação de seus filhos e o governo deveria cobrar isso da escola.
P6	Melhorar a qualidade de vida das famílias, famílias melhor estruturadas, teriam como resultado uma melhor assistência aos filhos nas escolas.
P7	Não diria implementar, mas aplicar o que a foi planejado por parte de todos que fazem compõe esse sistema.
P8	Aplicar os projetos nas escolas e fiscalizar esses projetos, além de pagar bem os professores e todos profissionais da educação.
P9	Projetos que realmente funcionem e sejam desenvolvidos como: laboratórios, salas com qualidade física, professores bem remunerados, acompanhamento psicopedagógico e técnico-pedagógico, etc. além de aplicar os recursos advindos de forma correta, além de haver fiscalização desses recursos.
P10	Mais fiscalizações para que as políticas e programas que já tem sejam fiscalizados e aplicados da forma correta.

Quadro 10: Em sua visão o que seria necessário implementar no Sistema Educacional Brasileiro e Municipal para alcançar um Ensino de qualidade mais satisfatório.

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Ao avaliar as respostas observou-se que ao tratar do que seria necessidade para implementar no Sistema Educacional Brasileiro e Municipal para alcançar um Ensino de qualidade mais satisfatório, os entrevistados relataram a possibilidade de mais valorização dos professores enquanto mediador desse processo. Outro indagou a extrema importância para a sociedade que o país coloque a educação no

topo das prioridades e que possa criar políticas educacionais para educação com seriedade e mais comprometimento, Ressalta-se que se essa iniciativa for realizada, com toda certeza que a probabilidade de atingir um ensino de qualidade é grande.

Foi respondido também que deveria ter mais fiscalização para que as políticas e Projetos realmente funcionem e sejam bem desenvolvidos, como os laboratórios, salas com qualidade física acompanhamento psicopedagógico etc. Além de aplicar os recursos advindos do governo de forma correta com fiscalização desses recursos, para que realmente obtenha os resultados esperados na educação.

CONCLUSÃO

Contudo este trabalho de conclusão de curso contribui para ampliar o entendimento sobre a qualidade do ensino de Itaituba Para, sabe-se que a educação é um dos principais fatores que influenciam o padrão de vida de um país. A inter-relação positiva entre os níveis de educação e de desenvolvimento sociocultural, político e econômico da sociedade é uma questão aceita e comprovada em várias partes do mundo. Uma população com um modelo educacional de qualidade tem maiores condições de viver com um padrão de vida elevado. A qualidade da educação pública brasileira possui inúmeros problemas, e esses resultados originam-se de diversos fatores, dentre elas está a qualidade da formação dos professores a estrutura física das escolas públicas, bem como políticas comprometidas com esse desenvolvimento e fiscalização das mesmas, contando ainda com participação fundamental da família na escola, pois sabemos que a família serve como base para a criança na construção de valores e respeito, dentre outros agravantes.

Vale lembrar que a educação sozinha não tem como resolver todos os problemas sociais, mas é uma grande aliada para que esse quadro possa servir como meios de se chegar aos padrões elevados de um ensino de qualidade e com uma sociedade mais desenvolvida. São vários os fatores que proporcionam os resultados do ensino, no entanto, se faz necessário melhorar também as práticas docentes, a relação professor e aluno, visto que o desenvolvimento dos professores implica no desenvolvimento dos alunos e da escola.

Percebe-se então que são muitos os desafios para que essa almejada educação de qualidade aconteça, pois trata-se de uma lei que assegura essa meta, a verdade é que apesar da qualidade da educação brasileira ser garantida pela Constituição Federal, ainda há um longo percurso a ser caminhado no processo de efetivação do direito à educação de qualidade para todos os cidadãos brasileiros, Tendo em vista que a mesma caminha em passos lentos neste sentido, mais em comparação a décadas anteriores, notou-se que muito já se evoluiu.

De acordo com os dados da pesquisa a Educação no Município Itaituba Pará, caminha para alcançar as metas estipuladas pelo governo através das políticas vigentes constatadas nos indicadores que medem o sistema educacional, como nos

mostra os resultados do IDB, apesar dos diversos fatores que envolvem esse processo de ensino o município tem essa preocupação de que as escolas possam desenvolver uma educação de qualidade. Tendo em vista que as quatro ultimas metas do município foram alcançadas com sucesso, não apresenta dados tão negativos diante de outros municípios do Estado, que não alcançaram as metas estabelecidas pelo governo, mais é notório que grandes investimentos precisam ser feitos nas estruturas das escolas para uma melhor qualidade de ensino , além de políticas publicas que venham aperfeiçoar que sejam condizentes com a nossa realidade juntamente com politicas que venham ajudar a capacitação dos profissionais da educação do nosso município , para que desta forma esse índice de qualidade só venha a somar para a melhoria da qualidade educacional aqui estudada.

BIBLIOGRAFIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3 ed; São Paulo: 2006

BARBOSA, Josirene. NUNES, Sylvia. **O papel da escola na contemporaneidade: incluir ou excluir?** Disponível em: <http://www.sidtecs.com.br/2014/wp-content/uploads/2014/10/1134.pdf> acessado em 15 julho 2016

BARREIRO, I.M.F.; GEBRAN, R. A. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BONAMINO, Alicia. **Tempos de avaliação educacional: o Saeb, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002

BRASIL – ANA **Avaliação nacional da alfabetização (ANA)**: documento básico. – Brasília Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

Brasil – C.F. Constituição Federal 1998. Brasília:DF, 1988

BRASIL – MEC. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: Apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2014.

BUENO, Cristiane. FIGUEIREDO, ireni. **A relação entre educação e desenvolvimento para o banco mundial: a ênfase na “satisfação das necessidades básicas” para o alívio da pobreza e sua relação com as políticas para educação infantil**. Disponível em : <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1024/128> acesso em 14 Julho 2014

CARNEIRO, Moaci Alves, **LDB Fácil. Leita Critico e Compressivo**. 8° ed- Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

CENEVIVA, Ricardo. **Desafios da educação básica no Brasil**. Disponível em: acesso a 14 julho 2016.

CHERUBINI, Karina Gomes. **A garantia do padrão de qualidade da educação em todos os níveis de ensino**. Jus Navigandi, 5 maio 2012. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/21697>

DEWEY, Y J. **Políticas de Educação Básica do Estado do Pará**. 10 ed. Rio de Janeiro: papiros, 2001.

DINIZ, Janguê. **Os desafios da educação no Brasil**. Disponível em: <http://www.cadaminuto.com.br/imprimir/noticia/193464/artigo-os-desafios-da-educacao-no-brasil> acesso em 14 Julho 2016

DOMINGOS, Marisa. **A escola como espaço de inclusão**. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_DomingosMA_1.pdf acessado em 15 julho 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições. Serie documental**. Texto para discussão, Brasília, df, v. 24, n. 22, 2007.

DOURADO, Luiz. NAVARRO, Ignez. WITTMANN, Lauro. AGUIAR, Márcia. GRACINDO, Regina. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf> acesso em 18 Julho de 2016.

Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 273-289, maio/ago. 2008

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O minidicionário da língua portuguesa**. 4ª edição revista e ampliada do minidicionário Aurélio. 7ª impressão – Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, Cleia. Santos, Everton. **Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação**. Disponível em http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume11/9_POLITICAS_PUBLICAS_EDUCACIONAIS.pdf acesso em 18 Julho 2016

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional**. In: OLIVEIRA, Romualdo P. (Org.) *política educacional: impasses e alternativas*. 2a ed. São Paulo Cortez, 1998. p. 85-122.

GUIRADELLI JUNIO, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez 2003. **Identidade e a crise do profissional docente**. In: BRZEZINSKI Iria. *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano, 2002. P. 113-132. INEP. **ANA**. Disponível em: <http://sitio.educacenso.inep.gov.br/web/saeb/ana> acesso em 26 Julho 2016.

INEP. **Apresentação Provinha Brasil**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/provinha-brasil> acesso em 18 Julho 2016

JARDIM, A. P. **Relação entre Família e Escola: Proposta de Ação no Processo Ensino Aprendizagem**. Presidente Prudente: Unoeste, 2006.

KALLOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

MACHADO, Ozeneide. Novas práxis educativas no ensino de ciências in: CAPELLITI, Isabel; LIMA, Luiz (Orgs). **Formação de Educadores-pesquisa de estudos qualitativos**. São Paulo: Olho d'água, 1999.

NARDE, Luiz Schneider. **Qualidade Da Educação No Ensino Fundamental**; Unijuí, 2015.

OLIVEIRA, Amanda. **Ação educacional jesuítica no brasil colonial**. Acesso em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/st6/005%20-%20amanda%20melissa%20bariano%20de%20oliveira.pdf> – 14 julho 2016

OLIVEIRA, Angélica. **Educação inclusiva x exclusão**. Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos-academicos/18692-educacao-inclusiva-x-exclusao> acessado em 15 Julho 2016

OSORIO, Luiz Carlos. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PENIN, Sonia Terezinha de Souza. **Profissão Docente**. Ministério da Educação, 2009.

PERRENOUD, Philippe. **A ambiguidade dos saberes e da relação com o saber na profissão de professor**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIAGET, J. **Para onde vai a Educação**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1972-2000. Piletti, Estrutura e Fundamentos do Ensino Fundamental. 26ª ed. São Paulo: Atlas, ed.2009.

QUIRINO, Simony. **Planejamento orçamentário e os recursos para a educação: um estudo sobre as leis de diretrizes orçamentárias (LDOs) dos municípios do primeiro anel metropolitano de Curitiba**. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/M12_Simony%20Rafaeli%20Quirino.pdf acesso em 18 Julho 2016

RIBEIRO, Maria Lucia santos. **História da Educação brasileira: a organização**. 18ª ed; São Paulo: 2003.

ROGALSKI, Solange. **Histórico do surgimento da educação especial**. Disponível em: http://www.ideal.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf acesso em 15 Julho 2016

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação Inicial De Professores: Implicações com a Educação Básica**. Pontifica Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

SEBASTIANI, Marcia Teixeira, **Fundamentos da Educação Infantil** .2 ed. Curitiba, PR: IESDE, 2009.

SOUSA, José. **O financiamento da educação**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-financiamento-da-educacao/50159/> acesso em 18 Julho 2016

TOMMASI, WARDE, HADDAD. **O banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo, Cortez, 2009.15.

WEBER, Silke. **Profissionalização Docente e Políticas Públicas no Brasil**. Revista Educação & Sociedade Educ. Soc. v.24, nº.85, Campinas, dez. 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

YANAGUITA, Adriana. **Financiamento da educação no brasil (1990-2010): impactos no padrão de gestão do ensino fundamental**. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/Educacao/Dissertacoes/YANAGUITA_A_I_DO_2013.pdf acesso em 18 Julho 2016

VELOSO, Fernando; PESSÔA, Samuel. **Educação Básica no Brasil**. Rio de janeiro: Elsevier, 2009.



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Este questionário tem como finalidade contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: A QUALIDADE DO ENSINO PUBLICO NAS ESCOLAS DE ITAITUBA-PA: Olhares de profissionais de duas escolas do ensino fundamental.

QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

1. Identificação:

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () masculino () feminino

1.4 Formação: _____

1.5 Tempo de trabalho na instituição atual: _____

1.6 Qual é o seu tempo de serviço na educação?

[] Menos de 1 ano

[] 1 a 4 anos

[] 5 a 9 anos

[] 10 a 14 anos

[] Mais de 15 anos

2 Questões Sobre o Tema

2.1 O que você entende por ensino de qualidade?

2.2 De que forma é feito o Planejamento das atividades pedagógicas da escola para alcançar a qualidade do ensino?

2.3 Em seu ponto de vista quais são os maiores desafios da educação brasileira?

2.4 Quais os maiores desafios encontrados para uma educação de qualidade no município de Itaituba?

2.5 Qual a sua opinião sobre a qualificação dos professores na atualidade?

2.6 De que forma a melhoria das escolas pode influenciar para um ensino de qualidade?

2.7 Você considera importante a aproximação família- escola para um ensino de qualidade?

2.8 Qual sua percepção sobre as políticas educacionais do governo para um ensino de qualidade?

2.9 Qual a sua percepção sobre a qualidade da educação pública em nosso município?

2.10 Em sua visão o que seria necessário implementar no sistema educacional brasileiro e municipal para alcançar um ensino de qualidade mais satisfatório.

BARBOSA, Jaqueline Rosa

A QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO NAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE ITAITUBA - PA: Olhares de Professores de duas escolas do ensino fundamental. Trabalho de conclusão de curso (TCC)- Faculdade de Itaituba-FAI, Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba-2016.

Orientador: Profº Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

1. A QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO NAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE ITAITUBA - PA: Olhares de professores de duas escolas do ensino fundamental.